



**Boletim do WRM**  
Movimento Mundial pelas Florestas  
Nro. 228 – Janeiro 2017

**Acordo de Paris sobre Mudanças Climáticas: Promoção de  
plantações de árvores e abrindo o mercado de carbono da  
ONU a REDD +**



**NOSSA OPINIÃO**

- **O Acordo de Paris sobre Mudanças Climáticas: Promover plantações de árvores e reduzir as florestas a estoques de carbono comercializáveis** p. 3

**ACORDO DE PARIS SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS: PROMOÇÃO DE PLANTAÇÕES DE ÁRVORES E ABRINDO O MERCADO DE CARBONO DA ONU A REDD +**

- **O acordo de Paris prejudica a campanha global para deixar o petróleo no subsolo** p. 7
- **Acordo de Paris: o aval internacional para as empresas de plantações de monocultivos de árvores iniciarem um novo ciclo de expansão** p. 11
- **Algumas das principais iniciativas para expandir os monocultivos de árvores na América Latina, na África e na Ásia** p. 15
- **O Acordo de Paris vai salvar as florestas?** p. 20
- **A menção ao REDD+ no Acordo de Paris garante a continuação do financiamento para a indústria de conservação, enquanto o desmatamento em grande escala avança sem encontrar obstáculos** p. 25
- **Projeto Ibi Batéké de plantio de árvores na RDC: vendido como o sucesso que nunca foi** p. 28



## ALERTAS DE ACCIÓN

- **Bélgica: O Movimento de Libertação do Campo age contra as árvores geneticamente modificadas** p. 33
- **Brasil: Terra para produzir alimentos e não celulose para exportação** p. 33
- **Chile: Com nova onda de incêndios florestais, organizações exigem o fim política de fomento florestal e dos instrumentos criados para favorecê-la** p. 34
- **Carta para assinar: Lembrar à FAO que ela deve mudar urgentemente sua definição, para que a indústria de plantações não possa mais usá-la para chamar equivocadamente de florestas as plantações de monoculturas de árvores** p. 34

## RECOMENDADOS

- **Declaração internacional: Nossa terra vale mais do que o carbono** p. 34
- **Declaração Internacional: Declaração de Marrakesh contra a cúpula de falsas soluções e por um futuro justo e sustentável para todos os povos.** p. 35
- **Declaração Internacional: A bioenergia em grande escala deve ser excluída da definição de Energia Renovável. Declaração de fevereiro de 2016** p. 35
- **Relatório: Resfriando o Planeta: Comunidades de linha de frente lideram a Luta** p. 36

### Publicações do WRM:

- **Plantações industriais de árvores invadindo o Leste e o Sul da África** p. 36
- **Os impactos das plantações industriais de árvores sobre a água** p. 36



## NOSSA OPINIÃO



### **O Acordo de Paris sobre Mudanças Climáticas: Promover plantações de árvores e reduzir as florestas a estoques de carbono comercializáveis**

A 22ª reunião anual da ONU sobre o clima ocorreu em 2016, com os governos celebrando a ratificação do Acordo de Paris sobre Mudanças Climáticas, adotado na reunião da organização sobre o tema, em 2015. Em 1997, o governo dos Estados Unidos não ratificou o Protocolo de Quioto, o primeiro acordo climático da ONU com limites obrigatórios para os países industrializados, depois de ter insistido na inclusão do comércio de carbono no Protocolo. O governo norte-americano nunca ratificou o Protocolo de Quioto. O comércio de carbono, contudo, permaneceu e se tornou uma grande distração da tarefa urgente dos governos que estão negociando nas reuniões da ONU sobre o clima sobre quando o último barril de petróleo e a última tonelada de carvão forem desenterrados e queimados. Esse plano ainda não está sendo discutido nessas reuniões, como explica o primeiro artigo deste boletim, “O Acordo de Paris prejudica a Campanha Global para deixar o Petróleo no Subsolo”.

A ideia da compensação como alternativa à redução também domina o Acordo de Paris sobre Mudança Climática. Em vez de definir um plano claro de eliminação gradual da queima de carbono fóssil, os governos simplesmente concordaram em “*alcançar um equilíbrio entre emissões antropogênicas por parte de fontes e as remoções por sumidouros de gases do efeito estufa na segunda metade deste século*”. Isso significa que as empresas podem continuar queimando combustíveis fósseis, desde que paguem alguém para plantar árvores, impedir que a floresta seja cortada ou reduzir as emissões da produção agrícola. Isso pode ser conveniente para a indústria de combustíveis fósseis e para grandes empresas cujos lucros dependam da disponibilidade de petróleo e carvão baratos, mas é uma grande ameaça a pequenos agricultores e povos indígenas dos quais a floresta é o lar. Por quê? Porque o que as corporações agora querem usar como “floresta de carbono” é a terra da qual as famílias de agricultores dependem e as florestas que os povos indígenas têm protegido e resguardado por gerações. O Acordo de Paris sobre Mudanças Climáticas conecta iniciativas como REDD+ e “desmatamento líquido zero” com agricultura industrial e plantações industriais de árvores. A pressão sobre as terras agrícolas e as florestas deverá aumentar quando o Acordo de Paris se tornar algo concreto. (2)



Uma tendência que ajuda a explicar por que as negociações para manter o petróleo e o carvão no subsolo não estão na agenda das negociações climáticas da ONU é a presença cada vez maior de interesses corporativos nas reuniões da organização sobre o clima. Durante anos, grandes empresas dos setores de petróleo, carvão, alimentos globais e finanças organizaram eventos paralelos em locais perto das reuniões da ONU, e suas associações setoriais estiveram presentes nas salas de reunião da organização. Um jornal observou o “envolvimento sem precedentes de interesses empresariais que lutaram contra a ação climática em todo o mundo” na reunião da ONU de 2016, no Marrocos. São empresas com interesse fundamental em extrair e queimar o máximo possível de combustíveis fósseis. (3) No início do ano, os governos de países industrializados se opuseram a restrições à presença de empresas de combustíveis fósseis nas reuniões sobre o clima quando disseram considerar o conceito de “conflito de interesses” muito difícil de definir. Representantes do governo australiano, por exemplo, alegaram que “não há um entendimento claro do que seja um conflito de interesses, e isso significa coisas diferentes para pessoas diferentes”. Eles argumentaram que, sendo assim, deveria ser assumido que não havia risco de “conflito de interesses” na presença de representantes de empresas cujo negócio depende da venda de petróleo e carvão nas reuniões da ONU sobre o clima. Assim, no Marrocos, as associações setoriais que representam empresas de combustíveis fósseis como ExxonMobil, Chevron, Peabody, BP, Shell, Rio Tinto, etc. realizaram discussões privadas com representantes de governos cuja tarefa é negociar medidas para acabar com o uso do carbono fóssil. Foram a extração e o processamento do carbono fóssil que colocaram essas empresas entre as mais poderosas do mundo. Talvez os representantes dos países industrializados que tenham dificuldade em entender o “conflito de interesses” devessem ter conversado com seus colegas presentes à 7ª reunião da Convenção-Quadro das Nações Unidas para o Controle do Tabaco, na Índia, sobre sua experiência com o “conflito de interesses” empresarial e a interferência do *lobby* do setor para evitar a ação governamental contra o tabagismo. Talvez tivessem entendido que as companhias de petróleo e carvão que apresentam sua indústria como parceira na luta contra mudanças climáticas estão aplicando uma conhecida estratégia empresarial, que a indústria do tabaco também usou muito. As grandes empresas de petróleo e carvão que participam das reuniões da ONU sobre o clima vão lutar por seus lucros, e não pressionar os governos a tomar medidas para interromper a queima de petróleo, carvão e gás natural o mais rápido possível. (4)

Mas não são apenas as indústrias de petróleo e carvão que colocaram as reuniões climáticas da ONU em sua agenda. Empresas de plantações, corporações globais de alimentos e a indústria de conservação têm sido presença constante nas reuniões da ONU, por anos. Suas esperanças são de que o Acordo de Paris sobre Mudança Climática estabeleça a demanda global por créditos de carbono a partir de iniciativas que supostamente estejam reduzindo as emissões do desmatamento – em outras palavras, a demanda por seus produtos.

Em 2007, os governos introduziram o REDD nas negociações climáticas da ONU, como uma nova forma de salvar as florestas. Desde então, as indústrias globais de plantações, alimentos e conservação das florestas têm trabalhado para estabelecer a ideia – tanto dentro quanto fora das negociações da ONU sobre o clima – de que os pagamentos pela redução das emissões provenientes do desmatamento ou pelo plantio de árvores contribuem para combater as mudanças climáticas. Foram lançadas inúmeras iniciativas baseadas no pressuposto de que os pagamentos pelo armazenamento de



carbono nas árvores reduzirão as emissões resultantes do uso da terra. Embora a realidade dos últimos dez anos tenha demonstrado que o REDD e iniciativas semelhantes no setor agrícola são falsas soluções que não conseguem reduzir a destruição da floresta em grande escala, culpando falsamente a agricultura camponesa e o cultivo itinerante pelo desmatamento, bancos regionais de desenvolvimento e governos de países industrializados continuam a financiar iniciativas empresariais de REDD. (5)

A Estratégia para a Transformação Agrícola na África, do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) para 2016-2025, por exemplo, não menciona uma só vez a palavra “agroecologia”. No entanto, o documento inclui 12 referências principais à “agricultura inteligente para o clima”, um conceito duvidoso, que visa principalmente expandir o controle da indústria de agroquímicos e sementes sobre a pequena agricultura. A Estratégia do BAD para a Transformação Agrícola na África também promove o comércio de carbono. O documento fala sobre promover o “crescimento verde” e o investimento, entre outros, na “agricultura sustentável e inteligente para o clima, em grande escala”. O Banco propõe investimentos “em parceria” com fundos do setor privado, como o Fundo de Subsistência para a Agricultura Familiar (cujos investidores incluem Danone e Mars), o Fundo Moringa (cofundado pelo banco Rothschild) ou o Fundo Climático Althelia. O relatório “O Projeto REDD+ do Corredor de Kasigau: um mergulho para o Fundo Climático Althelia”, a ser lançado em breve pelas organizações Counter Balance e Re:Common, denuncia o que os investimentos desse fundo significam para as comunidades locais: as injustiças históricas da distribuição de terras são reforçadas, e os mais afetados pelas restrições impostas pelo projeto de REDD+ têm pouco ou nenhum benefício com o projeto. (6)

“O que significa o Acordo de Paris da ONU para as florestas e os povos da floresta?” – essa é a questão central a todos os artigos deste boletim. Um deles examina por que, mesmo que a cada ano se fale mais da urgência da ação para combater a mudança climática, o Acordo de Paris não menciona sequer uma vez as palavras combustível fóssil, gasolina ou carvão. Os dois artigos seguintes examinam como as florestas são incluídas no Acordo de Paris e quem se beneficia de iniciativas referentes a essa inclusão explícita do REDD no Acordo. A denominação equivocada das plantações como se fossem florestas e a promoção de plantações industriais como resultado do Acordo de Paris são discutidas em dois artigos. Por fim, o projeto Ibi Batéké de plantio de árvores para carbono, na República Democrática do Congo, conecta o mecanismo de comércio de carbono do Protocolo de Quioto – o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – ao Acordo de Paris. Mesmo antes das primeiras árvores serem plantadas, o projeto já foi vendido como um sucesso que nunca foi.

Há poucas dúvidas de que o Acordo de Paris das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas é uma má notícia para as florestas, bem como para comunidades e povos indígenas aos quais essas florestas fornecem não só um meio de vida, mas também o lar físico, cultural e espiritual. Sua luta na defesa das florestas e de um modo de vida que reconheça seu valor muito além do preço do carbono a que o REDD+ as reduziu é mais importante do que nunca. Ignorando as evidências claras de que as plantações industriais de árvores criam enormes problemas para as comunidades locais e não são solução para a crise climática, o Acordo de Paris também abriu uma nova porta para mais expansão das monoculturas de árvores. Nos próximos anos, será importante reforçar a resistência contra esses planos de expansão maciça das plantações industriais,



erroneamente justificadas como uma contribuição para combater as Mudanças Climáticas. Também é por isso que temos de continuar a exigir que a FAO corrija a sua definição equivocada de floresta. Por favor, apoiem a carta que relembra, mais uma vez, que plantações não são florestas e que a FAO deve rever urgentemente a sua definição!  
(7)

Esperamos que você goste da leitura!

- (1) Mais informações, por exemplo, na publicação *Trade in Ecosystem Services. When payment for environmental services delivers a permit to destroy*, do WRM <http://wrm.org.uy/books-and-briefings/trade-in-ecosystem-services-when-payment-for-environmental-services-delivers-a-permit-to-destroy/>
- (2) <http://www.nature.com/nclimate/journal/vaop/ncurrent/full/nclimate2870.html> Williamson 2016: <http://www.nature.com/news/emissions-reduction-scrutinize-CO2-removal-methods-1.19318>
- (3) Reportagem no jornal The Guardian, em 6 de novembro de 2016: Marrakech climate talks: giving the fossil fuel lobby a seat at the table. <https://www.theguardian.com/environment/2016/nov/07/marrakech-climate-talks-giving-the-fossil-fuel-lobby-a-seat-at-the-table> e Corporate Accountability International report Uncovered: Fossil Fuel Industry Has Back-Door Access to U.N. Climate Talks. <https://www.stopcorporateabuse.org/blog/uncovered-fossil-fuel-industry-has-back-door-access-un-climate-talks>
- (4) O relatório da Organização Mundial de Saúde “Impact assessment of the WHO FCTC: Report by the Expert Group” diz que “o papel e as atividades da indústria global de tabaco continuam sendo, de longe, o obstáculo mais importante à ação, em todos os aspectos da FCTC”. [http://www.who.int/fctc/cop/cop7/FCTC\\_COP\\_7\\_6\\_EN.pdf](http://www.who.int/fctc/cop/cop7/FCTC_COP_7_6_EN.pdf)
- (5) Veja, por exemplo, REDD: Uma Coleção de Conflitos, Contradições e Mentiras. <http://wrm.org.uy/pt/livros-e-relatorios/redd-uma-colecao-de-conflitos-contradicoes-e-mentiras/>
- (6) The Kasigau Corridor REDD+ Project in Kenya: a Crash dive for Althelia Climate Fund. Report by Counter Balance and Re:Common. February 2017
- (7) Você pode assinar a carta pedindo à FAO que reveja sua definição de floresta aqui: <http://wrm.org.uy/all-campaigns/support-the-letter-urging-fao-to-revise-its-forest-definition/>



## ACORDO DE PARIS SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS: PROMOÇÃO DE PLANTAÇÕES DE ÁRVORES E ABRINDO O MERCADO DE CARBONO DA ONU A REDD +



### O acordo de Paris prejudica a campanha global para deixar o petróleo no subsolo

Há quase 20 anos, na cidade japonesa de Quioto, a Oilwatch, juntamente com mais de 200 organizações, lançava a proposta pioneira da moratória do petróleo para acabar com os problemas que ocorrem quando os combustíveis fósseis são extraídos e como a forma mais eficaz para combater a mudança climática. Desde então, a campanha para deixar o petróleo no subsolo tem se expandido por todo o mundo. Os argumentos da Oilwatch foram finalmente ouvidos e acolhidos por muitos.

Mas esses muitos não incluem os governos, nem os que lideraram a Conferência das Partes da Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima das Nações Unidas (UNFCCC). Na verdade, principalmente a partir do Protocolo de Quioto, de 1997, as negociações têm sido uma fraude total. O Protocolo é um instrumento internacional juridicamente vinculativo, que contém os compromissos assumidos pelos países industrializados para reduzir suas emissões. As negociações acabaram sendo meras reuniões de negócios, absolutamente ilegítimas do ponto de vista democrático. A 21ª reunião da Conferência das Partes (COP) em Paris, na França, não fica atrás, e tampouco a mais recente, na cidade marroquina de Marrakech.

Chegamos ao ponto em que, desde 1995, houve 22 Conferências das Partes da Convenção do Clima. Elas tomaram ao menos 400 decisões e aprovaram 20 resoluções, elaboraram um Chamado, um Mandato, um Guia, um Marco de Ação, um Roteiro e um Protocolo, formularam dois Planos de Ação, duas Declarações, dois Programas de Trabalho, forjaram um *Accord* e assinaram quatro Acordos, incluindo o Acordo de Paris (AP).

Enquanto isso, as emissões de gases do efeito estufa e seu impacto sobre o clima não deixaram de aumentar e piorar. Qualquer ser humano com um pouco de senso comum se perguntará por que, depois de tanto gasto de tempo, recursos e uma grande parafernália, o problema continua? A resposta é óbvia: nenhuma das



negociações internacionais sobre o clima discutiu a principal causa das mudanças climáticas: a extração e a queima de combustíveis fósseis.

Ao ler o Acordo de Paris atentamente – e com o suscitômetro ligado –, vemos que a situação vai piorar. Esse novo acordo, segundo os que promovem a campanha para deixar o petróleo no subsolo, nega a possibilidade de que possamos avançar rumo a uma civilização pós-petróleo.

Em um determinado momento da implementação da Convenção sobre a Mudança Climática, o que deveria ter sido contado – barris de petróleo, metros cúbicos de gás e toneladas de carvão que deveriam permanecer no subsolo – transformou-se em quantidade de carbono presente na atmosfera e em redução das emissões de CO<sub>2</sub>, com o simples propósito de evitar uma mudança radical nas formas de produção e consumo e na maneira de fazer negócios com o clima.

Agora, o Acordo de Paris propõe metas como “manter o aumento da temperatura abaixo dos 2 °C ...”, o que o torna ainda mais ambíguo e perigoso. Em parte porque a temperatura média do planeta já aumentou quase um grau desde o início da Revolução Industrial petrolífera, em 1850, e também porque a temperatura não é igual em todos os cantos do planeta. Por exemplo, de acordo com o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, a África é provavelmente o continente mais quente e, ao mesmo tempo, o que menos emite carbono. Essas aparentes viradas na linguagem – de mudanças climáticas para mitigação e redução de emissões, de luta contra o aquecimento global para economia de baixo carbono, de “responsabilidades comuns, mas diferenciadas” para “equilíbrio global”, de crise de civilização para graus de temperatura – não são casuais, e sim construídas para confundir e evadir o problema real, para que reine a impunidade e as verdadeiras soluções sejam deixadas de lado.

O Acordo de Paris sinaliza que, para evitar que a temperatura aumente mais de 2 °C, serão levadas em conta as Contribuições Nacionalmente Determinadas (INDC, na sigla em inglês). Quase todos os países fizeram promessas à ONU, mas não há mecanismo que os obrigue a cumpri-las. Em muitos casos, como no do Equador, são consultorias sem qualquer processo de participação da sociedade, ofertas jogadas ao ar, sem um princípio de realidade. Basta ler alguns dos documentos sobre as INDC para entender.

A Bolívia, por exemplo, inclui de modo delirante o “indicador de distribuição percentual de balanço de carbono” ou “Índice de Justiça Climática”, propondo a fórmula  $ij = \exp(-\theta_1j - \theta_2rj - \theta_3dj - \theta_4tj + \theta_5pj)$  (!) para calculá-lo (1) ou o Índice de Vida Sustentável das Florestas, de acordo com a fórmula  $ij = \theta \tilde{f} - \theta \tilde{p} + \theta \tilde{g} + \theta \tilde{y} + \theta$ , para se referir à vida e aos direitos dos povos que vivem da floresta.

No caso do Equador, inclui-se, por exemplo, a distribuição em massa de 1,5 milhão de fogões elétricos a indução – os mesmos que, certamente, ninguém compra – 1,3 milhão de hectares de plantações de monoculturas de árvores até 2025 ou a ampliação do Programa Socio Bosque (2) de incentivos, com mais 2 milhões de hectares em 2017, entre outras promessas. Devido à crise econômica no Equador, o Socio Bosque, programa do Ministério do Meio Ambiente considerado nos planos de REDD+ do país, já está paralisado e espera que, em breve, sejam implementados





de forma institucional os mecanismos incluídos no Acordo de Paris, e que as empresas privadas invistam mais para obter certificados de compensação de emissões. Para que os planos do Socio Bosque caibam no REDD, as áreas incluídas no programa devem estar ameaçadas. Isso porque as áreas de REDD devem cumprir o princípio da adicionalidade, ou seja, demonstrar que a economia de emissões não teria ocorrido sem o programa. E de fato o são, pois existe uma interposição clara de áreas dentro do programa com interesses petrolíferos ou mineradores.

As INDC, que são planos de ação apresentados por cada país à UNFCCC, são apenas os primeiros exercícios para se criar uma linha de base de emissões nacionais. Essas linhas de base são necessárias para o funcionamento de uma espécie de *mercado de carbono* global que o Acordo de Paris estaria criando. Elas também são necessárias para inventar o que poderia ser a meta em 2025. É claro que ninguém tem como saber, mas isso não importa. Quanto mais se jogar com os números, para cima ou para baixo, melhores serão os negócios na mesa. Chama a atenção que digam que a soma das reduções prometidas nos INDC levaria a um aumento da temperatura de até 3,7 °C (o AP diz que quer chegar a 2 °C e, na melhor das hipóteses, um aumento de 1,5 °C em relação aos níveis pré-industriais). O Acordo de Paris convida o mundo a enganar e instiga a que o problema do clima seja tratado em um cenário de cassino global.



E como na América Latina se diz que “feita a lei, feita a brecha”, no Acordo de Paris está a maior brecha para um novo mecanismo de mercado definido como “*mecanismo para contribuir com a mitigação das emissões de gases de efeito estufa e apoiar o desenvolvimento sustentável*”, que consistiria em transações dos “*resultados de mitigação de transferência internacional*” (ITMOs, na sigla em inglês). Ou seja, o mercado de carbono, que já é estabelecido por meio dos nefastos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo, Comércio de Emissões da União Europeia ou mercado voluntário de créditos de carbono, entre outros, pode agora se dar entre países ou regiões. Isto é, se um país declara ter tido um bom desempenho na redução de suas emissões com relação ao prometido em suas INDC, essa diferença a favor pode ser vendida a outro país que tenha contaminado mais.



Isso é obviamente uma repetição da história, que não reduz as emissões globais. Pelo contrário, permite-se que as fronteiras de extração de minerais e petróleo se expandam, que o agronegócio siga crescendo, que a perda da floresta continue, que cresça a indústria da aviação, que pretende aumentar suas emissões em 700%, e que aumente sem cessar o transporte mundial de mercadorias – problemas diretamente responsáveis pelo aquecimento global. (3)

Com o Acordo de Paris, o que se avançou em nível internacional com a campanha para Deixar o Petróleo no Subsolo poderia ser prejudicado, pois, infelizmente, muitas organizações acreditam que o Acordo seja uma mudança de paradigma, chegando a dizer que, com ele, “a idade dos combustíveis fósseis terminou” (350.org, organização fundada nos Estados Unidos que trabalha com o tema das mudanças climáticas) ou que esse Acordo “promoverá a revolução energética no mundo” (Greenpeace). Nada disso acontecerá.

Para o Governo do Equador, o Acordo de Paris “representa o ponto de partida para um mundo com energia limpa a partir da efetiva implementação de estratégias firmes para reduzir as emissões globais de gases de efeito estufa”. Essas palavras não significam nada na boca daqueles que começaram a exploração de petróleo no internacionalmente conhecido Parque Nacional Yasuní, no bloco 43-ITT (ver artigo [Mulheres e petróleo: a luta pelo sumak kawsa](#), no Boletim 200 do WRM). Novamente, ficará evidente a renúncia desse governo a liderar uma posição clara sobre o clima, como foi a Iniciativa Yasuni-ITT (4) de deixar no subsolo 850 milhões de barris, defraudando os equatorianos e o mundo.

**Ivonne Yanez**, (ivonney@accionecologica.org)

Acción Ecológica

Membro do Comitê Consultivo do WRM

- (1) Os detalhes da fórmula são explicados na página 12 do documento Intended Nationally Determined Contribution from the Plurinational State of Bolivia, <http://www4.unfccc.int/submissions/INDC/Published%20Documents/Bolivia/1/INDC-Bolivia-english.pdf>
- (2) A publicação “REDD: uma coleção de conflitos, contradições e mentiras” tem um capítulo sobre o Programa Sócio Bosque, <http://wrm.org.uy/es/libros-e-informes/redd-una-coleccion-de-conflictos-contradicciones-y-mentiras/>
- (3) Para mais informações sobre os protestos contra os planos da indústria da aviação para continuar crescendo e maquiando de verde esse crescimento, ver (em inglês): <http://systemchange-not-climatechange.at/aviation-campaign/>
- (4) Para mais informações sobre a Iniciativa Yasuní-ITT, consulte o site da Acción Ecológica <http://www.accionecologica.org/petroleo/yasuni>

Em inglês: Towards a Post-Oil Civilization. Yasunization and other initiatives to leave fossil fuels in the soil.

[http://www.ejolt.org/wordpress/wp-content/uploads/2013/05/130520\\_EJOLT6\\_High2.pdf](http://www.ejolt.org/wordpress/wp-content/uploads/2013/05/130520_EJOLT6_High2.pdf)

Em francês: Les femmes et le pétrole : la lutte pour le sumak kawsay. WRM Bulletin 200

<http://wrm.org.uy/fr/les-articles-du-bulletin-wrm/section1/les-femmes-et-le-petrole-la-lutte-pour-le-sumak-kawsay/>



## **Acordo de Paris: o aval internacional para as empresas de plantações de monocultivos de árvores iniciarem um novo ciclo de expansão**

*Nos países do Sul global, muitas comunidades lutam contra a invasão dos seus territórios por grandes monocultivos de árvores. O WRM aprendeu muitas coisas com elas. Uma dessas coisas é que nenhuma plantação desse tipo se concretiza sem que haja muito subsídio e/ou incentivo por parte de instituições públicas ou privadas. No atual cenário de crises estruturais na economia e no clima, as empresas de plantações identificaram um novo estímulo: concretizar uma das principais ações sugeridas pelo Acordo Climático de Paris de 2016: retirar da atmosfera o carbono “excessivo” que causa o aquecimento global para, se depender dessas empresas, “estocá-lo” em árvores, numa escala territorial nunca vista antes.*

Grosso modo, nas últimas duas décadas, a área de plantações de monocultivos de árvores em grande escala nos países do Sul global se expandiu nada menos que quatro vezes, chegando a 60 milhões de hectares em 2012 (1). São plantações de eucalipto, pínus e acácia, dendezeiro e seringueira, a maioria para, respectivamente, celulose de exportação, produtos à base de azeite de dendê e pneus de carros. O que mais contribuiu para essa expansão expressiva, se for comparada com a do Norte, são terras e mão de obra mais baratas, um clima mais favorável, resultando em rápido crescimento e produtividade maior de madeira, forte apoio midiático, e apoio político dos governos dos países do Sul, incluindo o aparelho repressivo do Estado que, em vez de apoiar, tem criminalizado as lutas das comunidades locais em defesa dos seus territórios.

Mas a crise econômica prolongada tem reduzido o ritmo dessa expansão e, consequentemente, os lucros das empresas. Em busca de alternativas, há anos, a crise do clima é vista por elas como uma nova janela de oportunidades. Por exemplo, a oportunidade de poder cobrar incentivos pelo “serviço” prestado pelas árvores ao retirar CO<sub>2</sub> da atmosfera. De fato, ao crescer, as árvores absorvem CO<sub>2</sub> da atmosfera no processo de fotossíntese, e parte desse carbono é “estocado” na madeira. As empresas argumentam que suas árvores prestam esse “serviço” de forma cada vez melhor porque crescem cada vez mais rápido, e a introdução do plantio comercial de árvores transgênicas promete ainda mais produtividade. As empresas também consideram que poderiam receber incentivos para plantar árvores para biomassa (transformando a madeira nos chamados “wood pellets”). A queima desses “pellets” em vez do petróleo ou do carvão mineral seria uma energia “renovável” e “verde”. Além disso, as grandes



empresas de plantações de dendezeiro, sobretudo na Indonésia e na Malásia, oferecem o óleo de dendê como opção de “biocombustível”.

Cada vez mais, as empresas apostam no uso “flexível” das suas plantações, vendo oportunidades de fazer usos múltiplos e até simultâneos das plantações como, por um lado, “sumidouros” de carbono e, por outro, matéria-prima para celulose – eucalipto, pínus, acácia –, para pneus – seringueira – ou para óleo vegetal – dendezeiro. Mas, com a necessidade óbvia de, em algum momento, cortar a árvore para gerar produtos de vida útil curta, como papel, pneus ou óleo, o carbono estocado é rapidamente emitido, muito antes de que as novas árvores plantadas possam recapturá-lo, no caso de a empresa resolver fazer esse replantio. Por isso, para um reflorestamento ser mais efetivo em termos de “retirar” carbono da atmosfera, um primeiro passo seria fazer um reflorestamento permanente. (2)

### **O que diz o Acordo de Paris sobre as plantações de monocultivos de árvores?**

O Acordo de Paris não menciona as plantações de árvores de forma explícita em seu texto, mas, indiretamente, cria as condições para que o setor seja um dos mais beneficiados. Como?

Primeiro, as empresas de plantações se aproveitam do fato de que a definição de florestas da FAO inclui as plantações de monocultivos de árvores. Internacionalmente, trata-se da definição mais aceita, inclusive pelo Acordo de Paris, e seguida por quase todos os governos nacionais e as iniciativas da ONU, como a Convenção do Clima e da Biodiversidade. A FAO considera qualquer área simplesmente ocupada com árvores como floresta, mesmo que os monocultivos, diferentemente das florestas, costumem invadir territórios de comunidades, causar desmatamento, contaminar e secar fontes de água em função de seu rápido crescimento, e consumir grandes quantidades de agrotóxicos, que são venenos.(3)

Outro elemento importante no Acordo de Paris – a partir do momento em que ele aceita que monocultivo de árvores também é “reflorestamento” – é sua meta sumamente ambiciosa de manter o aumento da temperatura “*bem abaixo de 2 graus e buscando alcançar 1,5 grau*”, com a ideia de chegar a “*um equilíbrio entre as fontes antropogênicas e a retirada por parte de sumidouros de gases de efeito estufa na segunda metade do século*”.

A expectativa é de que a dependência em relação a esses sumidouros seja enorme. Isso porque os planos voluntários dos governos para reduzir as emissões levariam a um aumento de, pelo menos, quase 3 graus na temperatura porque não preveem uma redução drástica da queima de combustíveis fósseis. Somando a isso a visão bem simplista do problema do clima dentro do Acordo – *há carbono demais na atmosfera e a solução é tirar dela esse carbono “em excesso”* – tem levado a uma especulação sobre as possíveis tecnologias disponíveis capazes de evitar que mais CO<sub>2</sub> seja emitido pela indústria ao queimar combustíveis fósseis e tirar o CO<sub>2</sub> da atmosfera. São tecnologias que teriam que ter a capacidade de filtrar, capturar, retirar, enterrar e/ou injetar o carbono emitido, para que ele ficasse “estocado” em algum lugar na terra, no mar, até mesmo no espaço. Mas nenhuma das tecnologias em discussão foi testada e aprovada. Por isso, nenhuma delas é considerada segura no momento.



É nesse imbróglio que surge com força o plantio de árvores em grande escala como a opção supostamente mais confiável e mais efetiva para “armazenar” carbono da atmosfera. Defensores argumentam que esse mecanismo “funciona” porque as árvores fazem a fixação do carbono naturalmente. Empresas de plantações de árvores argumentam que as árvores podem compensar o CO<sub>2</sub> emitido ao queimar, por exemplo, petróleo, bem como retirar CO<sub>2</sub> “em excesso” da atmosfera. Trata-se de um mecanismo também defendido há anos pelos que promovem o REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal) para projetos em áreas de floresta.

Mas outra vez, insistimos: isso não funciona. Apesar de o CO<sub>2</sub> emitido ao se queimarem árvores e ao se queimar petróleo ter as mesmas moléculas, para resolver a grave crise do clima, há diferença, sim. Não se pode igualar o carbono que faz parte do ciclo natural do carbono emitido e absorvido por vegetais, como as árvores, ao que é liberado em grandes quantidades ao se extrair e queimar petróleo, gás ou carvão mineral. Desde o início da Revolução Industrial, a quantidade deste último tem aumentado enormemente o estoque total de carbono na atmosfera que entra no ciclo natural, porque se trata de carbono que esteve guardado no subsolo durante milhões de anos. Mesmo que consigam absorver parte desse carbono adicional, os vegetais e o oceano fazem isso apenas temporariamente porque, quando a planta morre, quando há desmatamento ou fogo, o CO<sub>2</sub> é novamente emitido, voltando para a atmosfera.

Mas, os governos que assinaram o Protocolo de Quioto anos atrás, e agora, o Acordo de Paris, aceitaram a tese de igualar os dois carbonos. Isso talvez represente o maior triunfo das empresas de plantações, abrindo uma oportunidade para obter lucros imensos. Porque daqui em diante, é válido resolver o grave problema do clima “plantando mais florestas” – leia-se monocultivos de árvores! –, seja para “compensar” o CO<sub>2</sub> emitido por empresas que queimam petróleo, gás ou carvão mineral, para retirar o carbono “em excesso” da atmosfera ou, ainda para produzir madeira ou óleo vegetal como “energia renovável” ou “limpa”. Ao mesmo tempo, trata-se de uma péssima notícia para comunidades camponesas, indígenas e tradicionais em territórios com terras férteis que estão na mira dessas empresas na América Latina, na África e na Ásia, e outras que terão que lidar com projetos tipo REDD em áreas de floresta.

### **Considerações finais**

Apesar do conjunto de evidências sobre os graves impactos negativos das plantações de monoculturas de árvores em grande escala, testemunhado por inúmeras comunidades no mundo e registrado há anos em relatórios, vídeos, cartilhas e artigos publicados pelo WRM e por muitas outras organizações, as plantações continuam se expandindo e acabam de receber um novo aval internacional sob a justificativa da crise climática. Isso ocorre pela perpetuação de um desequilíbrio de poder injusto, pelo qual as empresas de plantações, com apoio dos estados e seu aparato repressivo, buscam se impor e continuar invadindo os territórios de comunidades que querem controlar, para convertê-los em mais plantações.

As empresas contam com outros aliados fundamentais: grandes ONGs que, junto com elas, criam iniciativas nefastas que concedem um selo de legitimação fundamental para se contrapor às violações que provocam e que serve como “carta branca” para conseguir os incentivos e subsídios. Exemplos disso são a iniciativa do WWF chamada “Plantações de Nova Geração” e o sistema de certificação FSC (Conselho de Manejo



Florestal) (4). São iniciativas que pintam de “verde” os monocultivos de árvores, tão danosos, garantindo-lhes uma boa reputação aos olhos não só dos financiadores, mas também dos consumidores dos produtos finais. Ao mesmo tempo, representam um desrespeito às comunidades implicadas, que não são consideradas e têm imensa dificuldade de dialogar na “linguagem” usada por essas iniciativas. (5)

É preciso somar esforços para reforçar a resistência das comunidades nos países do Sul global que ainda mantêm o controle sobre suas terras férteis, porque são estas que estão na mira das empresas de plantações e dos governos e instituições que as apoiam, como o Banco Mundial. São essas as comunidades ameaçadas pela expansão das plantações e, sobretudo, pelos novos planos contra a crise do clima, elaborados numa escala cada vez maior, com abordagem de “paisagem”. Não se resolve isso com mais salvaguardas ou critérios. É necessário romper radicalmente com o modelo de produção-consumo em grande escala e globalizado, que promove o desperdício e lucro para algumas grandes empresas, mas que vai destruir as bases de vida de muitas comunidades.

É nas comunidades e no diálogo permanente com elas que podemos encontrar algumas respostas, iniciativas e alternativas que possam fortalecer a luta para fazer frente ao modelo hegemônico. Isso também é fundamental para de fato começarmos a pensar saídas para combater o problema das mudanças climáticas.

1. [http://wrm.org.uy/pt/files/2012/06/EJOLT\\_PORs.pdf](http://wrm.org.uy/pt/files/2012/06/EJOLT_PORs.pdf)
2. <https://www.tni.org/en/collection/flex-crops>
3. Você pode assinar uma carta aberta à FAO, lançada pelos grupos Timberwatch, Salva la Selva e WRM em 21 de setembro de 2016, Dia Internacional de Luta contra as Monoculturas de Árvores. Através dessa Carta Aberta, afirmamos a relevância da definição de floresta da FAO e exigimos que a organização assuma a responsabilidade e aplique de imediato um processo verdadeiro de revisão dessa definição. (para assinar, acesse <http://wrm.org.uy/pt/acoes-e-campanhas/carta-aberta-a-fao-lancada-no-dia-internacional-de-luta-contra-as-monoculturas-de-arvores/>)
4. <http://www.wri.org/blog/2016/03/can-plantations-help-restore-degraded-and-deforested-land>
5. <http://wrm.org.uy/pt/livros-e-relatorios/a-consulta-do-fsc-e-procedimentos-para-queixas-o-caso-da-veracel-celulose-no-brasil/>



## Algumas das principais iniciativas para expandir os monocultivos de árvores na América Latina, na África e na Ásia

*Desde o Acordo de Paris, e mesmo alguns anos antes, foram sendo lançadas iniciativas internacionais que prometiam milhões de hectares de reflorestamento e restauração florestal em benefício do meio ambiente e da população local. Mas não há exemplo de reflorestamento no mundo, nessa escala, que tenha dado certo. O que existe de experiência que, de alguma forma, podemos dizer que “deu certo” é o falso “reflorestamento” de monocultivos, com centenas de milhões de árvores de eucalipto, pínus, dendezeiro e seringueira, chamadas pela ONU, governos e empresas de “florestas plantadas”. Analisando os planos internacionais com mais atenção, as comunidades nos países onde querem implementá-los precisam ficar em alerta máximo.*

O chamado **Desafio de Bonn (Bonn Challenge)** (1) foi lançado em 2011 durante um evento promovido pelo Ministério de Meio Ambiente da Alemanha e a organização conservacionista IUCN – União Internacional pela Conservação da Natureza (2). Segundo consta na sua página na internet, o Desafio de Bonn é “*um esforço global para restaurar 150 milhões de hectares de terras desmatadas e degradadas no mundo até 2020 (...)*”. A iniciativa enfatiza a importância da “abordagem de paisagem” em vez de uma “abordagem estreita”. Os promotores afirmam que 124,32 milhões de hectares já foram “empenhados” para esse fim. Eles afirmam, também, que a Declaração de Florestas de Nova Iorque de 2014 endossou o Desafio de Bonn, ampliou sua meta para nada menos que 350 milhões de hectares e estendeu seu prazo até 2030.

No entanto, não encontramos uma explicação clara na página dessa Iniciativa sobre o tipo de “restauração” que será realizada. Não há clareza de que a mesma não será feita com plantações de monocultivos de árvores, lembrando que não existem exemplos no mundo de programas de “restauração” de floresta nativa na escala de milhões de hectares proposta pela Iniciativa. O único “reflorestamento” nessa escala que “deu certo” foi o plantio de dezenas de milhões de hectares de eucalipto, pínus, acácia, seringueira e dendezeiro na forma de monocultivo. Essa expansão ocorreu, quase sem exceção, em terras férteis, em áreas de floresta, cerrado e pastagem natural, fundamentais para comunidades que antes dependiam delas. Essas pessoas se transformaram em trabalhadores rurais ou urbanos sem terra, e suas terras entraram num processo de degradação em função do monocultivo. Outras conseguiram resistir e estão lutando para recuperar suas terras.



Soma-se a isso a preocupante interpretação do Ministério de Meio Ambiente da Alemanha, de que plantações de monocultivos de árvores podem ser definidas como “restauração” pela Iniciativa, desde que algumas árvores nativas sejam introduzidas no meio do monocultivo.

Além disso, segundo afirma o Desafio de Bonn, “Plataformas regionais (...) estão emergindo no mundo”. Nesse sentido, vejamos abaixo o que tem ocorrido na África, na América Latina e na Ásia:

## *África*

A AFR100 – Iniciativa pela Restauração da Paisagem Africana –, lançada em um evento paralelo à Conferência do Clima de Paris, afirma que vai “restaurar” 100 milhões de hectares de terras “desmatadas” e “degradadas” na África até 2030, quase 30% de toda a meta do Desafio de Bonn. A AFR100 se apresenta como iniciativa para mitigar as mudanças climáticas e “beneficiar” a população nos países africanos. Em sua primeira conferência regional, em outubro de 2016, foi anunciado que 21 países já haviam aderido à proposta e se comprometido a restaurar 63,3 milhões de hectares de floresta. (3)

O principal financiador e promotor da AFR100 é o Banco Mundial, que promete investir US\$ 1 bilhão em 14 países da África até 2030. Sua ajuda será complementada pelo Ministério Alemão de Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ), que financiará a estrutura da iniciativa. A FAO também é uma parceira-chave, bem como o *World Resources Institute* (WRI). Há também financiadores privados, a exemplo do Fundo Holandês de Investimentos em Florestas Sustentáveis (*Dutch Sustainable Forest Investments* - SFI). O valor total comprometido por financiadores privados já teria alcançado US\$ 540 milhões. (4)

Uma iniciativa que complementa a AFR100 é a “Florestas para o Futuro: novas florestas para a África”, que organizou uma conferência em Gana, em março de 2016, com participação da Green Resources. A Green Resources é uma das principais empresas de plantações na África e foi denunciada várias vezes pelos impactos negativos de suas plantações sobre as comunidades locais. (5) Outra é a chamada Iniciativa Africana de Paisagens Resilientes (ARLI), que também conta com financiamento do Banco Mundial e do governo da Alemanha e afirma que “trabalhará com terras agrícolas, áreas de florestas e de pastagens através de intervenções baseadas em agricultura climaticamente inteligente, restauração de florestas e ecossistemas, conservação de biodiversidade e manejo de áreas de pastagens.” Outra iniciativa a mencionar é o Plano de Ação para as Paisagens Africanas (*African Landscapes Action Plan* - ALAP), que conta com apoio do governo holandês. (6)

O FIP – Programa de Investimentos em Florestas – do Banco Mundial também veio para apoiar a proposta da AFR100 e contribui com parte dos recursos do Banco para o Clima. Em junho de 2016, o Banco anunciou que endossou os planos de Moçambique e Costa de Marfim. Ambos prometem combater o desmatamento com REDD e incentivar o “reflorestamento”. Dois pontos nos planos propostos para ambos os países merecem destaque. Primeiro, nos planos apoiados pelo Banco Mundial, mais uma vez as





comunidades rurais e suas práticas são apontadas como a principal causa de desmatamento – por exemplo, a agricultura itinerante e a coleta de lenha. Em segundo lugar, o “reflorestamento” na forma de plantações de monocultivos de árvores é apontado como uma solução muito importante. Por exemplo, o Plano FIP, da Costa de Marfim, fala em 100 mil hectares de “floresta industrial”, enquanto o Plano de Moçambique pretende promover as “plantações florestais comerciais”. Ambos enaltecem o setor privado de plantações. Por exemplo, o Plano da Costa de Marfim espera contar com a “expertise” do setor privado, que têm promovido monocultivos de dendezeiro e seringueira no país, enquanto, em Moçambique, o Plano FIP pretende completar as ações que levaram à maior expansão de plantações de eucalipto e pínus em toda a região Sul e Leste da África nestes últimos anos, com impactos nefastos sobre a população camponesa local. Além da tendência de prejudicar ainda mais as comunidades rurais, outro agravante é que a maior parte do financiamento do Banco Mundial é empréstimo, elevando a dívida desses países, ou seja, representando mais um peso nas costas de suas populações. (7)

### *América Latina*

A iniciativa 20X20 foi lançada em 2014 para restaurar 20 milhões de hectares na América Latina e no Caribe até 2020. Hoje, ela engloba 12 países da América Latina que, juntos, prometem restaurar 27,7 milhões de hectares nesse prazo, e teriam garantido US\$ 730 milhões de investidores privados. Para os investimentos se concretizarem, a iniciativa fala em “reduzir riscos” a esse nível inédito e ambicioso e “colaborar com o setor privado para o desenvolvimento de investimentos ecológica, social e economicamente sustentáveis numa variedade de atividades de restauração, como sistemas agroflorestais, a combinação de silvicultura e pastagens e reflorestamento natural ou assistido”. Conclusão: trata-se de um incentivo imenso ao setor das empresas de plantações de árvores. (8)

No caso do Brasil, vale ressaltar que, em 2015, o governo anunciou que o país “reflorestaria” 12 milhões de hectares até 2030 e, naquele ano, usaria 20% de fontes “renováveis” de energia, para além da energia das hidrelétricas. (9) Mas o que esperar do Plano 20X20 e desse anúncio, se olharmos a experiência recente do país nessa área? Em 2003, o governo brasileiro criou o Conselho Nacional de Florestas, que elaborou um Plano Nacional de Florestas. Em vez de recuperar minimamente o enorme passivo de desmatamento no país, o plano consistiu, na prática, em subsidiar, de 2003 a 2007, a construção de novas fábricas de celulose, bem como a expansão da área de plantações industriais de árvores do país em mais 2 milhões de hectares, sobretudo com eucaliptos, para alimentar essas novas fábricas. Entre 2003 e 2009, o governo investiu US\$ 1,95 bilhão com essa finalidade, através de seu Banco de Desenvolvimento (BNDES). (10)

Uma das principais promessas do Brasil para a iniciativa 20X20 é a que se refere ao Mato Grosso, um dos principais estados em termos de desmatamento. O governo estadual pretende recuperar nada menos que 2,9 milhões de hectares de floresta em reservas legais e APPs (Áreas de Preservação Permanentes) até 2020. Chama a atenção que esse governo também tenha anunciado que vai aumentar a área de “floresta plantada” em 0,5 milhão de hectares. (11) Para prever o que pode acontecer na prática em termos de “reflorestamento”, basta lembrar o novo código florestal brasileiro, que agora permite recuperar a reserva legal com espécies exóticas usadas nas plantações de monocultivos de árvores, por exemplo, o eucalipto. (12)



Sobre as metas de aumentar a fatia de “energias renováveis”, a experiência brasileira é diretamente ligada ao modelo da monocultura em grande escala, a exemplo da cana para produzir etanol combustível e a coenergia gerada a partir do bagaço da cana nas dezenas de usinas de álcool no país. Outra monocultura do país, a soja, contribui para atingir as metas de produção da biodiesel. Empresas de plantações no Brasil e no Chile também torcem para conseguir incentivos e poder abastecer o mercado europeu com madeira para biomassa – os chamados ‘wood pellets’. Atualmente, esse mercado ainda é abastecido por plantações localizadas nos EUA e no Canadá (13).

Uma evidência forte de que o modelo de monocultivo em grande escala nunca será capaz de representar uma solução para a crise do clima ou o vício da economia dos países industrializados em combustíveis fósseis é sua própria dependência muito forte do petróleo, visto o enorme consumo de agrotóxicos e fertilizantes químicos e seu modelo de produção e transporte mecanizado e globalizado.

### *Ásia*

Há anos, governos de vários países da Ásia estimulam planos para uma grande expansão dos monocultivos de árvores. Portanto, novos planos internacionais de expansão das plantações para retirar CO<sub>2</sub> “em excesso” da atmosfera ou outras ações supostamente voltadas a mitigar a crise do clima são vistos com bons olhos.

Há seis anos, a Indonésia já anunciava planos para implementar plantações como sumidouros de carbono. O então ministro de florestas anunciou, em 2010, uma meta de 21 milhões de hectares de “florestas plantadas” para retirar CO<sub>2</sub> da atmosfera. (14) Considerando os cerca de 4 milhões de hectares de plantações existentes para produção de celulose e borracha, isso significaria de fato uma megaexpansão. A expansão seria menor, mas ainda imensa, se o governo resolvesse incluir os 10 milhões de hectares de dendezeiros já existentes. Acontece que ele já fez isso. Diferente da definição de floresta da FAO, que trata as plantações de dendezeiros como cultivos agrícolas, o governo da Indonésia decidiu considerá-las como florestas.

Há anos, as empresas de plantações de dendezeiros da Indonésia e da Malásia, os principais países produtores no mundo, atuam no mercado de “energia limpa”, apostando no aumento do uso do óleo de dendê como “biocombustível”, principalmente na Europa, onde o uso geral do óleo de dendê aumentou seis vezes entre 2010 e 2014. Em 2014, quase metade era usada como combustível no transporte rodoviário. (15) Ao mesmo tempo, a expansão das plantações de dendê e outros monocultivos tem relação direta com o desmatamento continuado, a exemplo dos enormes incêndios florestais em função da expansão das plantações, e que castigam a população da Indonésia a cada ano. (16)

Desde que começou suas atividades na década de 1980, a APP (*Asian Pulp and Paper*), uma das maiores empresas de plantações para celulose do mundo, é considerada responsável pela perda de 1 milhão de hectares de florestas no país e também por outras violações sociais. (17) Ironicamente, é a APP que foi anunciada como o primeiro ator privado ativo no “Desafio de Bonn”. A empresa afirmou estar comprometida com a restauração de florestas em terras degradadas. (18) Segundo uma nota divulgada em março de 2016, a APP afirma que participar do Desafio de Bonn é dar continuidade a



seu “Plano de Conservação Florestal”, com o compromisso, assumido há alguns anos, de “desmatamento zero”. Ora, conservar florestas é algo absolutamente necessário para a APP poder começar a corrigir seu comportamento de explorar floresta nativa para abastecer suas fábricas de celulose, denunciado há anos por comunidades no país. O que chama a atenção, no entanto, é que em relação ao objetivo primordial do “Desafio de Bonn” – restaurar florestas –, a APP não anunciou nenhuma medida adicional no sentido de restaurar uma parte dos cerca de 1 milhão de hectares de florestas que ela mesma ajudou a destruir até hoje. A APP produz anualmente mais de 19 milhões de toneladas de celulose, papel e papéis de embalagem, e vende seus produtos em 120 países de seis continentes. (19) Por último, a proprietária da APP, a Sinar Mas, também tem interesse na área de geração de “energia renovável”, tendo anunciado em 2015 que pretende operar usinas de energia de biomassa à base de madeira – leia-se: plantações de árvores – na Indonésia. (20)

O Desafio de Bonn parece também andar em consonância com os planos ambiciosos nas regiões do Mekong e da Índia. Na primeira, uma grande expansão da área de plantações industriais de seringueira já está em curso para o período de 2008-2018, com aumento previsto de 4 milhões de hectares, principalmente em Myanmar, Laos e Cambodia. (21) Na Índia, foi aprovada em julho de 2016 uma lei chamada CAF – lei do Fundo Compensatório de Reflorestamento. Além de violar a atual lei de direitos sobre a floresta das comunidades e povos tradicionais que vivem e dependem das florestas, essa nova lei reforça não só a permissão de destruir florestas nativas, já que serão “compensadas”, mas também a canalização de recursos para órgãos do governo que incentivarão a implementação de, pelo menos, 5 milhões de hectares de monocultivos de árvores, segundo denunciam organizações sociais do país. (22)

### *Considerações finais*

Esta breve introdução aos planos erroneamente chamados, em nível internacional, de reflorestamento, incentivados como suposta “solução” à crise climática, mostra a necessidade de mais pesquisas sobre os planos internacionais e nacionais e suas conexões, mas, sobretudo, da denúncia permanente da expansão dos monocultivos e seus impactos como consequência esperada desses planos. Colocamos este espaço do boletim do WRM à disposição para fazer essa denúncia e para ser mais um instrumento de apoio às comunidades em defesa dos seus territórios.

1. <http://www.bonnchallenge.org/content/challenge>
2. Uma importante parceira do Desafio de Bonn é a IUCN e sua iniciativa chamada TRI, a Iniciativa de Restauração (The Restoration Initiative) que, com financiamento de cerca de US\$ 254 milhões, pretende restaurar 10 milhões de hectares em Camarões, República Centro-Africana, China, República Democrática do Congo, Guiné-Bissau, Quênia, Myanmar, Paquistão, São Tomé e Príncipe e Tanzânia. <https://www.iucn.org/news/iucn-and-partners-launch-global-effort-boost-restoration-degraded-forests>; sobre a Declaração de Florestas de Nova Iorque, veja mais em <http://wrm.org.uy/pt/livros-e-relatorios/odia-internacional-das-florestas-da-onu-2015-e-seu-lema-florestas-clima-mudanca-mudar-o-que/>
3. <http://sdg.iisd.org/news/afr100-discusses-means-needed-to-restore-100-million-hectares-of-african-forests/>
4. <http://www.wri.org/our-work/project/AFR100/impact-investors#project-tabs> ; e <http://www.cp-africa.com/2015/12/07/10-african-couche-the-afr-100>
5. <http://wrm.org.uy/pt/acoes-e-campanhas/parem-as-plantacoes-em-mocambique/>
6. <http://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/novas-florestas-para-a-africa-um-bom-lema-para-promover-as-plantacoes-industriais-de-arvores/> ; [http://terrafrica.org/wp-content/uploads/2013/resource-publications/Concept%20Note%20ARLI\\_Brochure\\_Nov%202015\\_Final.pdf](http://terrafrica.org/wp-content/uploads/2013/resource-publications/Concept%20Note%20ARLI_Brochure_Nov%202015_Final.pdf)



7. <https://www-cif.climateinvestmentfunds.org/news/cif-endorsement-investment-plans-cambodia-cote-d%E2%80%99ivoire-mozambique>
8. <http://www.wri.org/blog/2015/12/initiative-20x20-landscape-restoration-movement-rises-latin-america-and-caribbean>
9. <https://noticias.terra.com.br/dilma-promete-reflorestamento-e-elevar-uso-de-energia-renovavel.672d50273e2a5b46685009c92a844891az72RCRD.html>
10. [http://wrm.org.uy/pt/files/2012/06/EJOLT\\_PORs.pdf](http://wrm.org.uy/pt/files/2012/06/EJOLT_PORs.pdf)
11. <http://www.hipernoticias.com.br/politica/taques-propoe-zerar-desmatamento-em-mato-grosso-ate-2020/52347>
12. <http://www.canalrural.com.br/noticias/codigo-florestal/plantio-arvores-nativas-alternativa-para-recuperacao-das-areas-preservacao-permanente-34610>
13. <http://wrm.org.uy/pt/livros-e-relatorios/plantacoes-de-eucalipto-para-energia-o-caso-da-suzano-no-baixo-parnaiba-maranhao-brasil/>
14. [http://wrm.org.uy/pt/files/2012/06/EJOLT\\_PORs.pdf](http://wrm.org.uy/pt/files/2012/06/EJOLT_PORs.pdf)
15. <http://www.dw.com/en/new-palm-oil-figures-biodiesel-use-in-eu-fueling-deforestation/a-19298426>
16. <http://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/temporada-de-queimadas-na-indonesia-o-que-as-plantacoes-industriais-e-o-estado-indonesio-fizeram-as-florestas-das-ilhas/>
17. <http://wrm.org.uy/wp-content/uploads/2013/01/EJOLTplantations.pdf>
18. <https://www.iucn.org/theme/forests/our-work/forest-landscape-restoration/bonn-challenge>
19. <https://www.asiapulppaper.com/news-media/press-releases/asia-pulp-paper-participates-bonn-challenge-develop-forest-restoration>
20. <http://www.thejakartapost.com/news/2015/01/08/sinar-mas-develop-biomass-power-plants.html>
21. <http://wrm.org.uy/wp-content/uploads/2013/01/EJOLTplantations.pdf>
22. <http://wrm.org.uy/actions-and-campaigns/india-support-forest-dependent-communities-against-plantations-expansion/>



## O Acordo de Paris vai salvar as florestas?

Em Dezembro de 2015, o Acordo de Paris foi celebrado com grande alarde – no marco da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês), que estabelece novas medidas para reduzir as emissões de gases do efeito estufa (GEE), responsáveis pelo aquecimento global.

Quase um ano após ser concluído, em 4 de novembro de 2016, o Acordo de Paris entrou em vigor. Poucos dias depois, começava a 22ª Conferência das Partes da Convenção em Marrakesh, no Marrocos, onde supostamente se avançaria nos detalhes para a implementação do Acordo. (1)



A partir do Acordo de Paris e das discussões em Marrakesh, as florestas e as comunidades que dependem delas têm algo para comemorar? A resposta é NÃO. Vamos por partes.

Na verdade, o Acordo de Paris é outro exemplo de como a Cúpula do Clima e as agendas dos governos foram capturadas pelas empresas interessadas em continuar seus negócios e até em expandi-los, o que inevitavelmente levará apenas a mais agravamento da crise climática. Uma mostra disso é que o Acordo não menciona os combustíveis fósseis, os principais responsáveis pelo aquecimento global, e muito menos as empresas que lucram com eles.

Sem dizer como fará isso, o acordo se propõe a “manter o aumento da temperatura média global bem abaixo de 2 °C em relação aos níveis pré-industriais e continuar os esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5 °C em relação a esses níveis”. (2)

Para atingir o objetivo menos ambicioso do Acordo, ou seja, limitar o aumento da temperatura a menos de 2 °C, cada país enviou à UNFCCC seus *Planos Nacionais de Ação para o Clima*, onde estabelece sua contribuição para alcançar esse objetivo. Mas as contribuições com as quais cada país se comprometeu – voluntariamente, diga-se de passagem – não são suficientes para atingir aquele objetivo. (3) Pois vamos muito mal.

Para o segundo objetivo a que se propõe – o mais ambicioso, de limitar o aumento da temperatura a 1,5 °C – os cálculos técnicos do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês) que vinculam a concentração de gases de efeito estufa e as mudanças de temperatura, concluem que é necessário deixar de consumir combustíveis fósseis até 2025-2030. Ao mesmo tempo, eles dizem que é necessário um uso generalizado de uma nova proposta tecnológica, que implica absorver, em diferentes sumidouros terrestres – como nas árvores e no solo – o dióxido de carbono que atualmente está na atmosfera e é um dos principais responsáveis pelo aquecimento da terra. Essa nova proposta tecnológica é conhecida como Emissões Negativas. (4) Há estimativas segundo as quais, para evitar o aumento de 1,5 °C, se fôssemos usar a tecnologia de Emissões Negativas empregando árvores, seria preciso cobrir com árvores 1 bilhão de hectares de terra – a área do território dos Estados Unidos.

Apesar das repetidas advertências, o Acordo não menciona a necessidade crucial de cortar imediatamente a zero as emissões resultantes da queima de combustíveis fósseis (ver, também, o artigo “O Acordo de Paris prejudica a campanha global para deixar o petróleo no subsolo”, neste boletim). Para evitar um desfecho fatal, estima-se que seja necessário deixar debaixo da terra 80% das reservas conhecidas de combustíveis de origem fóssil. (5) Apesar disso, o Acordo e, portanto, os governos que o assinam, não tratam desse assunto. Então, como pretendem atingir os objetivos?

Uma das propostas – ou problemas – centrais do Acordo diz: “Reduzir rapidamente as emissões de gases de efeito estufa, de acordo com a melhor informação científica disponível, para alcançar um equilíbrio entre as emissões antropogênicas por fontes e a absorção antropogênica por sumidouros na segunda metade do século”. (6) As soluções têm foco na criação dos chamados sumidouros terrestres, incluindo as florestas, e abrem as portas aos mecanismos de compensação de emissões para alcançar equilíbrio entre as emissões e os chamados sumidouros. Os mecanismos de compensação de emissões



permitem que empresas ou países com limites às emissões continuem poluindo além desses limites, desde que paguem a alguém, em outro lugar, para reduzi-las por eles. O mecanismo de compensação de emissões mais conhecido é o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto (MDL). (7) Esta é uma mensagem muito errada e muito perigosa para os milhões de pessoas que dependem de seus territórios para sobreviver.

É precisamente nessa proposta que reside o problema central do Acordo de Paris: a negação da diferença entre o carbono fóssil e o biótico. No entanto, para o clima, há uma diferença muito importante entre os dois tipos de carbono. De um lado está o carbono liberado, por exemplo, no desmatamento, que faz parte do ciclo natural do carbono emitido e absorvido pelas plantas e pelos oceanos, e que está circulando na atmosfera há milhões de anos. De outro lado está o carbono liberado para se extrair e queimar petróleo, carvão ou gás natural. Esse carbono, que esteve armazenado no subsolo durante milhões de anos, ao ser liberado, aumenta a quantidade total de carbono (dióxido) na atmosfera. Embora as plantas e os oceanos possam absorver uma parte desse carbono a mais, introduzido na atmosfera, isso é feito temporariamente. Por exemplo, se houver um incêndio ou se uma árvore morrer, o CO<sub>2</sub> é libertado novamente e volta à atmosfera. (8) O Protocolo de Quioto, antecessor do Acordo de Paris, reconhecia parcialmente essa diferença no contexto do instrumento, talvez o mais polêmico, do Protocolo de Quioto – o mercado de carbono – e, principalmente, do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). (9)

### Argumentos esquecidos

As florestas tinham sido excluídas dos mecanismos de compensação de emissões de carbono do Protocolo de Quioto, principalmente o MDL, por uma série de razões: a) é impossível medir com precisão a quantidade de carbono armazenada nelas e, além disso, essa quantidade muda constantemente; b) o mercado de carbono não conseguiu resolver os fatores que impulsionam o desmatamento, e os projetos de compensação de carbono apenas transferem a destruição para outros locais fora da área do projeto; (c) as normas propostas criavam incentivos perversos, entre outras razões, porque se usava a definição da FAO para florestas, que as confunde com plantações e, portanto, a inclusão das “florestas” teria criado um novo subsídio à expansão das plantações de monoculturas de árvores; (d) as florestas armazenam carbono apenas temporariamente, e esse carbono pode ser liberado a qualquer momento por processos naturais e sociais. Essa chamada *não permanência* do carbono nas árvores causa inúmeras complicações para o mercado de carbono: se o carbono nas árvores for liberado, o comprador do crédito de carbono já não poderá dizer que sua emissão de carbono fóssil foi compensada. (10)

Os argumentos que até agora tinham sido válidos para excluir os projetos de REDD [Programa de **R**edução de **E**missões de Carbono causadas por **D**esmatamento e **D**egradação Florestal, na sigla em inglês] dos mecanismos de compensação de emissões continuam válidos, apesar de que os governantes parecem ter se esquecido deles.

Embora os governos tenham excluído as florestas do Protocolo de Quioto, os que tinham interesse em fazer negócios com REDD ocuparam espaço para colocá-lo na agenda oficial da UNFCCC. Os interessados – por querer compensar suas emissões ou por ter projetos de REDD para oferecer – também criaram um mercado voluntário, ou



seja, paralelo às negociações formais no marco da UNFCCC. Com esse mercado voluntário para projetos de REDD, os governos, as empresas poluidoras, juntamente com as grandes organizações de conservação, tentaram manter a pressão para a inclusão do REDD nos mecanismos “oficiais” da ONU. Há evidências suficientes de que esses projetos e iniciativas voluntárias, que receberam financiamento do mercado de carbono do Banco Mundial e da própria ONU (UN-REDD) acabaram mal. Mal para o clima, porque as emissões continuaram a aumentar, bem como para as florestas, que continuaram sendo extintas, e para as pessoas que dependem delas. O Acordo de Paris eliminou a separação entre os mercados voluntários e o mercado de carbono no marco da UNFCCC.

Ignorando essas evidências, o REDD foi incluído no Acordo de Paris. Desta vez, sem limitações para a criação de um mercado para negociar os créditos, eles podem ser comprados e vendidos entre países Norte-Sul ou Sul-Sul. O que agrava as consequências dessa decisão é que agora, pelo acordo, os países do Sul – onde estão as maiores áreas florestais – têm metas de redução a cumprir (voluntariamente). Muitos deles têm incluído em suas contas nacionais a contribuição das florestas para a mitigação das emissões. Agora, cada país deverá desenvolver um mecanismo transparente e confiável para garantir que as reduções contabilizadas no balanço nacional de carbono não estejam sendo contadas duas vezes. Isso pode acontecer se houver projetos privados de REDD+ ou programas de REDD+ administrados por províncias, municípios ou estados dentro do país, que vendam créditos de carbono. Contar duas vezes a mesma redução contribuirá para agravar ainda mais a situação. Além disso, a esse risco de contar duas vezes a mesma redução, soma-se a realidade de que, no caso das emissões de carbono evitadas pela diminuição do desmatamento com o plantio de árvores, a redução é sempre suposta. A redução vendida na forma de créditos de carbono ou registrada em um balanço nacional de carbono nunca pode ser comprovada, porque não é possível prever o que teria acontecido com a floresta sem o projeto, nem calcular com precisão a quantidade de carbono contida em uma floresta. (11)

### **Um futuro incerto para as florestas e suas comunidades**

Os projetos de REDD implementados até agora têm mostrado que, além de ser uma falsa solução para a mudança climática, criaram uma série de problemas para as comunidades locais que tradicionalmente viviam nas florestas – desde a falta de consulta e de informação prévia sobre a criação de áreas para a compensação das emissões até a imposição de restrições severas ao uso de suas florestas. E o pior é que esses projetos também demonstraram não contribuir minimamente para garantir às comunidades o direito e o controle sobre suas florestas. Isso fica claro em uma análise de mais de 24 projetos de REDD implementados na América Latina, na Ásia e na África. (12)

O REDD não tem conseguido frear a crise climática, conter as verdadeiras causas do desmatamento e melhorar as condições de vida das comunidades que dependem das florestas. Mas aqueles que assinaram o Acordo de Paris não aprenderam nada disso.

(1) A reunião da ONU em Marraquexe não trouxe progressos significativos na definição de um roteiro para a implementação do Acordo de Paris. Em vez disso, houve discussões a portas fechadas sobre as questões centrais decorrentes da adoção do Acordo. Entre eles, a criação de um possível mercado de



carbono, o risco de dupla contagem de reduções de emissões que cada país entrará em seu balanço de carbono nacional se estes também puderem ser vendidos nos mercados de carbono e sobre o tema que está na agenda de cada reunião, o do financiamento necessário para os países do Sul e a relutância dos países industrializados em disponibilizar esse financiamento. Veja "Floresta destaca de Marrakech", <http://www.fern.org/node/6209>

- (2) Acordo de Paris  
[http://unfccc.int/files/meetings/paris\\_nov\\_2015/application/pdf/paris\\_agreement\\_spanish\\_.pdf](http://unfccc.int/files/meetings/paris_nov_2015/application/pdf/paris_agreement_spanish_.pdf)
- (3) [http://ec.europa.eu/clima/policies/international/negotiations/paris\\_en](http://ec.europa.eu/clima/policies/international/negotiations/paris_en)
- (4) <http://www.climatechangenews.com/2015/12/07/scientists-1-5c-warming-limit-means-fossil-fuel-phase-out-by-2030/>
- (5) <https://www.theguardian.com/environment/2015/jan/07/much-worlds-fossil-fuel-reserve-must-stay-buried-prevent-climate-change-study-says>
- (6) Ver o Artigo 4 do Acordo de Paris, em:  
[http://unfccc.int/files/essential\\_background/convention/application/pdf/spanish\\_paris\\_agreement.pdf](http://unfccc.int/files/essential_background/convention/application/pdf/spanish_paris_agreement.pdf)
- (7) Mais informações em Carbon Trade Watch: El mercado de emisiones: Cómo funciona y por qué fracasa. <http://www.carbontradewatch.org/publications/el-mercado-de-emisiones-como-funciona-y-por-que-fracasa.html> e no folheto da Amigos da Terra Internacional: Financierización de la naturaleza: La creación de una nueva definición de la naturaleza. <http://www.foei.org/es/recursos/publicaciones/publicaciones-por-tema/bosques-biodiversidad-publicaciones/financiarizacion-nature-creating-new-definition-nature>
- (8) [http://wrm.org.uy/es/files/2012/10/10AlertasREDD-esp\\_intro1.pdf](http://wrm.org.uy/es/files/2012/10/10AlertasREDD-esp_intro1.pdf)
- (9&10) Para ler mais: 10 alertas sobre REDD para comunidades. <http://wrm.org.uy/es/libros-e-informes/10-alertas-sobre-redd-para-comunidades/>
- (11) A introdução à publicação '10 alertas sobre REDD para comunidades' explica porque se deve falar de supostas emissões reduzidas, no caso de cálculos sobre carbono nas florestas, em vez de emissões reais e comprováveis.
- (12) REDD: una colección de conflictos, contradicciones y mentiras  
[http://wrm.org.uy/es/files/2014/12/REDD-Coleccion\\_de\\_conflictos\\_contradicciones\\_y\\_mentiras\\_expandido.pdf](http://wrm.org.uy/es/files/2014/12/REDD-Coleccion_de_conflictos_contradicciones_y_mentiras_expandido.pdf)





## **A menção ao REDD+ no Acordo de Paris garante a continuação do financiamento para a indústria de conservação, enquanto o desmatamento em grande escala avança sem encontrar obstáculos**

Grupos da “indústria da conservação” – como The Nature Conservancy, WWF, Conservation International, consultores e auditores de projetos de REDD+, além de financiadores como o Banco Mundial, celebraram o reconhecimento formal do REDD+ no Acordo de Paris sobre Mudanças Climáticas, em dezembro de 2015. Há quase uma década, eles fazem *lobby* pela inclusão do REDD+ nos mercados globais de carbono estabelecidos pelo Protocolo de Quioto, da ONU. No entanto, para as comunidades afetadas por projetos e programas de REDD+, as notícias não têm dado motivos para comemoração. Diante do assédio, da insegurança em relação à posse e das restrições ao uso tradicional da floresta, os povos da floresta e usuários tradicionais foram os mais atingidos pelo experimento do REDD+, no qual a indústria da conservação embolsou centenas de milhões de dólares, se não bilhões, pela promessa não cumprida de transformar o REDD+ em uma ferramenta eficiente de conservação florestal que conteria o desmatamento.

Na realidade, o REDD+ não visa proteger florestas nem reduzir o desmatamento, e sim permitir que grandes empresas e países industrializados continuem queimando carbono fóssil. O REDD+ escolhe falsamente a pequena agricultura e o cultivo itinerante como causa principal da destruição das florestas tropicais. Talvez não seja surpresa que dez anos de experimentos da indústria de conservação com o REDD+ tenham resultado em aumento da perda de florestas em várias áreas onde esses projetos foram implementados – o programa REDD-Early Movers no estado brasileiro do Acre, o projeto de REDD+ Mai N’dombe, na República Democrática do Congo, para citar apenas alguns (1). Pior do que isso, a implementação concreta do REDD+ resultou em graves restrições ao uso tradicional da terra por parte dos povos da floresta, enquanto a grande pecuária, a mineração, as usinas hidrelétricas e o desenvolvimento de infraestruturas continuam inabaláveis, destruindo grandes extensões de florestas tropicais. Assim, o REDD+ se revelou uma ferramenta equivocada para enfrentar os fatores de destruição em grande escala. (2)



No entanto, apesar do triste histórico do REDD+ nos últimos dez anos, investidores em empresas e instituições e seus parceiros da indústria da conservação continuam anunciando novas iniciativas desse tipo. Por exemplo, o Banco Europeu de Investimento, a Conservation International e um fundo de investimento chamado “Althelia Climate Fund” receberam um total de 53,5 milhões de dólares (investimento de 35 milhões e 18,5 milhões em doações) do Fundo Verde para o Clima (3) para um programa de REDD+ em Madagascar. A Noruega, empresas do setor global de alimentos (responsáveis por desmatamento e emissões de gases de efeito estufa) e o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês) do Banco Mundial anunciaram um novo “fundo com foco na floresta tropical e na agricultura” no Fórum Econômico Mundial de 2017, realizado no luxuoso resort de esqui suíço em Davos. Diz-se que o novo fundo usa uma “abordagem jurisdicional” (veja abaixo), e Brasil e Indonésia são mencionados como os primeiros países onde os projetos devem ocorrer. Entre as empresas globais de alimentos que estariam interessadas em apoiar o fundo estão Carrefour, Mars, Nestlé e Unilever – esta última anunciou um investimento de 25 milhões de dólares no fundo, em um período de cinco anos.

Mas será que essas corporações globais de alimentos realmente querem que nós acreditemos que elas se preocupam com as florestas e os direitos dos povos da floresta? A motivação que parece mais plausível é a de proteger quotas de mercado – e, portanto, margens de lucro – nos países industrializados e centros urbanos onde os consumidores exigem cada vez mais produtos “sem desmatamento”. Isso também explicaria por que essas corporações não estão apresentando iniciativas para reduzir o controle empresarial sobre o sistema alimentar internacional e fortalecer os modelos agrícolas que usam menos carbono. Esperar essas medidas de empresas globais de alimentos seria como esperar que as empresas de combustíveis fósseis pressionassem a ONU para adotar um acordo climático forte, que apontasse claramente para o fim da queima de carbono fóssil em um futuro próximo.

Por que governos como os da Noruega e da Alemanha, o Banco Europeu de Investimento (BEI) e empresas como a Unilever continuam investindo dinheiro no REDD+, apesar de a iniciativa ter “ficado aquém do esperado”? (4) Um artigo acadêmico recente fornece algumas explicações. “Prometendo Mudança, entregando continuidade: o REDD+ como uma moda da conservação” explica que o REDD+ serve para ajudar a indústria de conservação e desenvolvimento a “gerar valor e se apropriar de recursos financeiros”. (5) Uma moda é uma “forma de comportamento coletivo que se desenvolve dentro de uma cultura, uma geração ou grupo social, e cujo impulso é seguido com entusiasmo por um grupo de pessoas durante um período finito de tempo”. E geralmente, pouco importa se a moda é eficaz ou adequada para resolver o problema real.

O artigo observa que um estudo recente sobre “23 das 300 iniciativas subnacionais mostrou que apenas quatro conseguiram realmente vender créditos de carbono, e concluiu que o financiamento é um desafio fundamental na sustentação das iniciativas”. O artigo também menciona “desafios” técnicos e explica que “a comercialização de créditos de carbono nos sistemas dos padrões voluntários de carbono envolve procedimentos e requisitos técnicos complexos”.

Os autores explicam que, embora a linguagem e os argumentos mudem quando a indústria da conservação aparece com uma nova proposta para salvar florestas, o



“REDD+ implica mudanças em nível discursivo”. Uma dessas mudanças recentes na discussão sobre o REDD+ é o termo “REDD+ jurisdicional”, que significa que os governos e os bancos de desenvolvimento estão se afastando do financiamento de projetos específicos e, em vez disso, visam colocar as atividades de REDD+ em nível de província, estado e, em última instância, país. O programa REDD Early Movers, do governo alemão, é um exemplo de programa de REDD+ “jurisdicional”, onde aquele governo paga ao governo do Acre se o estado puder provar que o desmatamento não excedeu um máximo acordado de perda florestal. O novo fundo das florestas tropicais mencionado acima, que foi anunciado pela Noruega e outros em Davos, também declarou que se concentraria em projetos “jurisdicionais”.

Apesar dessas mudanças de terminologia, os autores de “Prometendo mudança, entregando continuidade” dizem que, em termos práticos, o REDD+, assim como outras “modas de conservação” anteriores, significa, acima de tudo, “a continuidade e a repetição das promessas iniciais e expectativas que levam a muito financiamento por parte de doadores, atividades de projetos-piloto e processos de desenvolvimento e implementação de políticas”. Os autores também afirmam que as promessas e as expectativas do REDD+ “pouco mudaram o manejo e o uso efetivos e concretos da floresta fora dos projetos-piloto selecionados, mas sustentaram os meios de vida dos atores da indústria de desenvolvimento e conservação, incluindo acadêmicos”.

É lamentável que os dirigentes do Banco Europeu de Investimento, do Fundo Verde para o Clima ou dos governos da Noruega e da Alemanha continuem ignorando as evidências cada vez maiores de que, o REDD+ é contraproducente para reduzir a perda florestal e combater as causas principais das mudanças climáticas. Essas evidências não mudarão apenas porque o *lobby* da conservação conseguiu fazer com que o REDD+ seja mencionado no Acordo de Paris da ONU nem se bancos e governos continuarem investindo mais dinheiro em novas iniciativas regionais “jurisdicionais” de REDD+.

O artigo sobre “Mudança promissora” conclui que o REDD+ é, sobretudo, “uma mercadoria discursiva cuidadosamente promovida de maneiras específicas que permitem que os atores da indústria de desenvolvimento e conservação tenham acesso a recursos financeiros”. Como ainda há muitos que buscam o REDD+ na esperança de enfrentar as mudanças climáticas globais e proteger as florestas e os direitos dos povos da floresta, os autores pedem que os usos do financiamento alocado ao REDD+ sejam questionados. Acrescentando-se a isso as graves restrições, a criminalização e a insegurança em relação à posse para povos e usuários tradicionais da floresta que são afetados onde se implementam projetos de REDD+ (2), é hora de substituir a experiência do REDD+ por apoio às lutas e iniciativas dos povos e usuários tradicionais da floresta que a tem protegido por gerações. Vários estudos já demonstraram que, onde os territórios dos povos indígenas são reconhecidos e demarcados e onde os direitos das comunidades tradicionais da floresta são respeitados, os índices de desmatamento são menores do que nas áreas ao redor, que não estão sob controle de povos indígenas ou comunidades tradicionais. (6)

(1) Veja, entre outros, Deforestation is increasing in the Mai N’dombe REDD project area. And the project still sells carbon credits, em: <http://www.redd-monitor.org/2016/02/18/deforestation-is-increasing-in-the-mai-ndombe-redd-project-area-and-the-project-still-sells-carbon-credits/>; The virtual economy of REDD: Conflicts of interest, hot air, and dodgy baselines, em: <http://www.redd-monitor.org/2016/06/02/the-virtual-economy-of-redd-conflicts-of-interest-hot-air-and-dodgy-baselines/>

(2) Para exemplos, veja [REDD Collection of Conflicts](#) e relatórios no site [www.redd-monitor.org](http://www.redd-monitor.org).



- (3) Veja informações do Fundo Verde sobre o Clima sobre a aprovação das verbas aqui: <http://www.greenclimate.fund/-/sustainable-landscapes-in-eastern-madagascar>
- (4) Veja, também, o amplo estudo “REDD+ on the ground: A case book of subnational initiatives across the globe”, do CIFOR, publicado em 2014.
- (5) Promising Change, Delivering Continuity: REDD+ as Conservation Fad. Artigo de Jens Friis Lund *et al.*, publicado na revista World Development (2016).
- (6) Veja o gráfico “Indigenous groups are good forest stewards”, p. 17, em Fern *et al.* Relatório “Going Negative”. <http://www.fern.org/sites/fern.org/files/Going%20negative%20version%202.pdf>



### **Projeto Ibi Batéké de plantio de árvores na RDC: vendido como o sucesso que nunca foi**

Anunciado como “inovador” e o primeiro projeto do MDL (1) na República Democrática do Congo, o projeto Ibi Batéké de plantio de árvores prometia usar financiamentos e pagamentos adiantados relativos ao carbono para plantar acácia, eucalipto e pínus em cerca de 4.000 hectares de savana e restaurar 230 hectares como “área ecológica” com o plantio de espécies de árvores nativas. (2) Depois de 5 a 7 anos, as plantações seriam cortadas e transformadas em carvão para ser vendidas no lucrativo mercado da capital do país, Kinshasa. Nos primeiros anos, antes do fechamento das copas das árvores, também se geraria receita com a venda de mandioca cultivada sob as plantações de acácia. A dona do projeto, uma empresa chamada Novacel, esperava que essas três atividades – a venda de carvão e mandioca, juntamente com a receita oriunda de créditos de carbono – gerassem dinheiro suficiente para cobrir os custos do projeto, pagar os financiamentos e replantar as árvores cortadas para fazer carvão vegetal. (3) A Novacel descreve o carvão como “sustentável” por causa da promessa de replantar as árvores que forem usadas para produzi-lo.

O replantio também é necessário porque o projeto vende créditos de carbono ao Fundo BioCarbon, do Banco Mundial, entre outros. (4) Os créditos são uma promessa: o Ibi Batéké planta árvores que armazenam carbono e que, segundo o projeto, não teriam sido plantadas sem a receita das vendas dos créditos. Isso permite que investidores do Fundo BioCarbon, como a Sumitomo Chemicals ou a Tokyo Electric Power Co. – duas empresas japonesas que recebem créditos de carbono em troca de seu investimento – aleguem que suas emissões não prejudicam o clima porque elas pagaram ao projeto Ibi Batéké para plantar mais árvores. Os consultores do projeto calcularam que essas árvores estão absorvendo 54.511 toneladas de dióxido de carbono por ano durante os 30 anos de duração do projeto, ou seja, 2,4 milhões de créditos de carbono em 30 anos. Os



consultores também afirmam saber que as árvores não teriam sido plantadas e o carbono não teria sido armazenado sem o projeto. Para cumprir essa promessa de armazenar carbono que, de outra forma, teria permanecido na atmosfera, as árvores cortadas para fazer carvão precisam ser replantadas.

Por quê? Porque, quando o carvão é queimado, o que foi armazenado nas árvores é liberado de volta à atmosfera. O comprador do crédito, no entanto, pagou ao projeto Ibi Batéké para manter o carbono fora da atmosfera, de forma que o próprio comprador pudesse emitir mais carbono sem violar o legal limite de emissões. Assim, para manter a promessa do crédito de carbono de compensar as emissões feitas em algum lugar de um país industrializado pelo comprador do crédito, o projeto precisa replantar as árvores que foram transformadas em carvão.

O projeto Ibi Batéké também prometeu usar uma parte da renda oriunda da venda de créditos de carbono em projetos comunitários. “A comunidade do Congo usará o pagamento pelo carbono para financiar a educação de crianças” foi o título de uma nota à imprensa do Banco Mundial em março de 2011, quando o Fundo BioCarbon anunciou que compraria créditos de carbono do projeto. (5)

### **Quem está por trás do projeto Ibi Batéké de plantio de árvores para compensação de carbono?**

A Novacel é uma empresa privada criada pelo falecido Paul Mushiete Mahamwe, ministro das finanças na RDC durante o governo do ex-presidente Mobutu. Seus três filhos são donos da empresa, cujo diretor é seu filho Olivier Mushiete, que há muito tempo mora na Bélgica e lançou o projeto Ibi Batéké em 1995. Ele também se apresenta como chefe tradicional das terras incluídas no projeto, e vários documentos do Banco Mundial se referem à Novacel como uma empresa fundada por “nativos da região de Batéké”. Olivier Mushiete também criou uma organização sem fins lucrativos, a GI-Agro, que administra fundos destinados a projetos de “desenvolvimento comunitário” para a Novacel.

Ele e seus irmãos afirmam ter herdado pessoalmente 22.000 hectares de terra de seu falecido pai. Olivier disse ter 8.000 hectares da terra legalizados em seu nome e registrados como uma concessão (*contrat d'emphyteose*). A terra arrendada à Novacel para o projeto Ibi Batéké faz parte desses 8.000 hectares que ele transformou em terras privadas. Um relatório sobre direitos à terra na área do projeto (6) afirma que, “legalmente, Olivier Mushiete é o principal beneficiário de todas as receitas geradas pelo projeto Ibi Batéké”. O estudo observa ainda que, “ao obter um título legal sobre os 8.000 hectares de atividades do projeto, além de ter as terras reconhecidas como privadas pela Chefferie, Olivier Mushiete parece ter extinguido, na prática, quaisquer reivindicações de direito consuetudinário sobre a propriedade Ibi por parte de outros membros do clã”. O relatório não diz se houve outras reivindicações sobre essas terras nem como reagiram as pessoas que podem ter tido seus direitos consuetudinários à terra extintos, na prática. Outra questão não abordada no relatório é como o falecido Paul Mushiete Mahamwe adquiriu a terra. O relatório “Os impactos dos sumidouros de carbono do Projeto Ibi Batéké sobre os pigmeus indígenas da República Democrática do Congo” sugere que esses povos indígenas “pigmeus” têm direitos consuetudinários à terra da qual Mushiete Mahamwe se apropriou. (7)



## Quem financiou o projeto?

O Fundo BioCarbon foi um dos primeiros financiadores do projeto Ibi Batéké. Além de fazer um pagamento adiantado pelos créditos de carbono que prometeu comprar, o fundo também deu suporte técnico para seu registro como projeto do MDL. Um relatório do Banco Mundial afirma que a presença do Fundo BioCarbon como investidor inicial levou a empresa francesa Orbeo (uma *joint venture* entre a companhia de produtos químicos Rhodia e o banco francês Société Generale, depois comprado pela empresa belga Solvay Energy Services), fazendo um pagamento adiantado por uma quantidade de créditos de carbono igual à do Fundo BioCarbon. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, o PNUMA, cobriu parte dos custos dos documentos técnicos necessários para preparar um projeto de compensação de carbono. Duas empresas francesas, a UMICORE (que opera no setor de mineração) e a Suez (uma empresa de energia), teriam concedido sete financiamentos anuais de 250.000 euros cada (as vendas de carvão vegetal deveriam gerar receitas a partir do sétimo ano, possibilitando o pagamento desses financiamentos). Vários relatórios também observam que dois indivíduos investiram um total de 550.000 euros no projeto.

Em 2012, o Fundo BioCarbon reduziu significativamente o número de créditos de carbono que compraria do projeto Ibi Batéké, dos 500.000 anunciados em 2009 para 80.000. A empresa francesa Orbeo anunciou que compraria uma quantidade igual à do Fundo BioCarbon e também reduziu sua compra a 80.000 créditos. Os créditos de carbono, comprados pelo Fundo BioCarbon e a Orbeo a 4 dólares por crédito, deverão ser entregues até 2017. (8)

Apesar da redução na compra de créditos de carbono pelo Banco Mundial e a Orbeo, a Novacel teve acesso a pelo menos 1,5 milhão de dólares em financiamento externo, além de apoio técnico e financeiro do PNUMA e do Fundo BioCarbon para a preparação de documentos de projeto e plantio. No entanto, a empresa plantou apenas 1012 hectares até maio de 2013, última data para a qual há informações disponíveis sobre a área plantada.

O Ibi Batéké foi registrado como um projeto de MDL desde 2011, mas nenhum crédito de carbono foi emitido até agora. Em dezembro de 2016, a base de dados do MDL não mostrava nenhuma informação sobre a data, em 2017, para uma auditoria de verificação programada. No entanto, sem essa auditoria, o projeto não poderá entregar créditos de carbono ao Fundo BioCarbon até o final do ano.

## **Proprietária do projeto Ibi Batéké “subcapitalizada” apesar dos generosos financiamentos e dos pagamentos adiantados por créditos de carbono feitos pelo Banco Mundial**

Ao que parece, o generoso financiamento adiantado disponível à Novacel não foi suficiente para que ela cumprisse a promessa de replantar cerca de 4.000 hectares de acácia, eucalipto e pinus. “Subcapitalizada, a NOVACEL enfrenta dificuldades recorrentes no financiamento de suas atividades, embora tenha recebido financiamentos (Suez, Umicore) e pagamentos adiantados (BioCF, Orbeo) por créditos de carbono a ser entregues entre 2008 e 2017. Hoje, apenas a venda de mandioca (chips, farinha) garante a sobrevivência da empresa. Como resultado, apenas 1012 hectares foram plantados desde 2008, resultando em um saldo líquido (sequestro-emissão) de CO<sub>2</sub> próximo de



zero, durante o projeto, no final de 2012, observa um relatório de avaliação do Fundo BioCarbon em 2015. (9)

De novo, a Novacel recorre ao Banco Mundial para obter socorro financeiro. Desta vez, a empresa espera aproveitar os recursos do Programa de Investimentos Florestais do Banco Mundial (FIP, na sigla em inglês). Um relatório do Fundo BioCarbon de 2015 sobre o estado da implementação do projeto Ibi Batéké sugere que o Projeto de Gestão Melhorada da Paisagem Florestada do FIP na RDC poderia dar mais um financiamento à empresa. Esse financiamento poderia resolver o problema que o Fundo BioCarbon talvez enfrente até o final de 2017 se/quando nenhum crédito de carbono tiver sido entregue e a Novacel já tiver gastado todo o dinheiro recebido como pagamento adiantado pela entrega posterior dos créditos de carbono.

No entanto, um novo financiamento não trataria da questão de por que o projeto precisa de mais financiamento. Teria o Fundo BioCarbon subestimado tanto o custo do plantio de árvores no planalto de Batéké a ponto de o pagamento adiantado e os financiamentos generosos bastarem apenas para um quarto do plantio planejado?

As publicações sobre o projeto diferem em relação à contribuição resultante da receita de créditos de carbono. Um relatório afirma que as vendas de créditos deverão representar cerca de 30% da receita do projeto, com vendas de carvão gerando 20% e a venda de mandioca, em torno de 45%, enquanto outro gráfico atribui apenas 1% ao carvão e 68% à mandioca. Que contribuição o Banco Mundial espera obter da receita de créditos de carbono? O material de relações públicas do Banco Mundial descreve o Ibi Batéké como um projeto de financiamento de carbono. Se as vendas de créditos representam uma quantidade insignificante de receita do projeto, não é enganoso chamá-lo de projeto de compensação de carbono?

Além disso, o mercado de carvão vegetal em Kinshasa é muito lucrativo, e a demanda pelo produto é alta. O projeto ainda não vende qualquer carvão ou o replantio das árvores que foram cortadas para produzi-lo não é prioridade para o uso das receitas geradas pela venda desse carvão? Empresas de plantações de árvores no Brasil, por exemplo, recorreram ao mercado de carbono do MDL para financiar seu replantio quando os subsídios estatais para isso foram cortados. Ao invés de economizar o dinheiro necessário para refazer suas plantações de eucalipto envelhecidas no final da rotação de 21 anos, as empresas preferiram embolsar seus lucros durante os 20 anos em que os eucaliptos estavam se recuperando após serem cortados. No Brasil, empresas como Plantar (também um projeto do Fundo BioCarbon) (10) e Vallourec usaram o a renda resultante do crédito de carbono do MDL para financiar o replantio de plantações de eucalipto, alegando que, de outra forma, teriam de passar do carvão vegetal para a queima de carvão mineral em suas fundições de ferro (veja o [Boletim 163 do WRM](#), de fevereiro de 2011). Será que elas vão reservar fundos para o replantio em 21 anos, quando os eucaliptos precisarão ser substituídos novamente? Isso parece tão improvável quanto a Novacel reservar verbas suficientes para replantar as acácias no planalto de Batéké após elas serem cortadas pela última vez para fazer carvão, no final dos 30 anos de duração do projeto de carbono Ibi Batéké. Mas a falta de replantio aumentará o impacto climático negativo do projeto porque, uma vez vendido, o crédito de carbono justificará mais emissões em outros lugares que não seriam compensadas se as árvores não fossem replantadas.



## Projetos do Fundo BioCarbon, como Plantar e Ibi Batéké, mostram que as plantações de carbono são uma falsa solução para o clima, as crises energéticas e as comunidades

No entanto, o Acordo de Paris da ONU chama à expansão dessas falsas soluções. Esse Acordo de Paris e muitos planos de ação climática nacionais e regionais promovem, direta ou indiretamente, plantações de árvores para biomassa (ver artigos neste boletim), e fundos como o BioCarbon continuam usando mercados de carbono como forma de financiar essas plantações. A experiência dos movimentos sociais e das comunidades locais afetadas por grandes plantações de árvores mostra que os projetos de compensação de carbono das plantações de árvores são uma falsa solução que tende a agravar o problema.

Até agora, o projeto Ibi Batéké foi um fracasso do ponto de vista climático e financeiro. Ele também mostra por que projetos de compensação de carbono tendem a reforçar injustiças históricas em termos de distribuição de terras. Não é o único exemplo de um projeto de compensação de carbono que altera muito o uso da terra e reforça essas injustiças históricas. (11) O dono da empresa por trás do projeto Ibi Batéké, a Novacel – criada por membros da elite política da era Mobutu – transformou terras consuetudinárias (adquiridas em circunstâncias questionáveis) em propriedade privada. Isso extinguiu, na prática, quaisquer outros direitos consuetudinários que outros membros do clã Ibi possam ter sobre essa terra. O projeto de plantação de árvores Ibi Batéké, na RDC, foi vendido como um sucesso que nunca foi.

- (1) MDL significa “Mecanismo de Desenvolvimento Limpo”, um dos três regimes através dos quais o acordo internacional da ONU sobre o clima de 1997, o Protocolo de Quioto, visava promover os mercados de carbono. O MDL possibilita que países industrializados e empresas desses países ultrapassem seus limites de emissão de gases de efeito estufa no próprio país se comprarem créditos de carbono do MDL. Esses créditos são vendidos com a promessa (não verificável) de que o projeto que os emite economizará emissões que teriam sido liberadas na atmosfera. O rápido aumento dos gases do efeito estufa é a principal causa das mudanças climáticas.
- (2) Veja uma breve descrição e links para outros documentos no Eject Environmental Justice Atlas: <https://ejatlas.org/conflict/ibi-bateke-carbon-sink-plantation-drc>
- (3) Outro documento do Banco Mundial, o Plano de Investimento do FIP para a República Democrática do Congo, explica por que os pagamentos de créditos de carbono eram tão importantes para o financiamento das plantações de árvores: “Nas fases iniciais, o fluxo de receita da mandioca permite que a entidade do projeto financie os custos de transação, mas não os custos de investimento. Portanto, a entidade precisava obter recursos de outras fontes, *o que foi possível porque as receitas esperadas de créditos de carbono puderam ser usadas como garantias de private equity internacional*”. P. 35, [https://www-cif.climateinvestmentfunds.org/sites/default/files/meeting-documents/fip\\_4\\_dcr\\_ip\\_0\\_0.pdf](https://www-cif.climateinvestmentfunds.org/sites/default/files/meeting-documents/fip_4_dcr_ip_0_0.pdf)
- (4) O BioCarbon é um dos fundos que o Banco Mundial criou no início dos anos 2000 para promover mercados globais de carbono.
- (5) Nota à imprensa do Banco Mundial, “A comunidade do Congo vai usar o pagamento de carbono para financiar a educação de crianças”, 8 de março de 2011.
- (6) Análise de mecanismos institucionais para o compartilhamento de benefícios de REDD+. Estudo publicado pela USAID. 2012 [https://www.land-links.org/wp-content/uploads/2016/09/USAID\\_Land\\_Tenure\\_Analysis\\_of\\_Institutional\\_Mechanisms\\_for\\_Sharing\\_REDD\\_Benefits\\_Case\\_Studies.pdf](https://www.land-links.org/wp-content/uploads/2016/09/USAID_Land_Tenure_Analysis_of_Institutional_Mechanisms_for_Sharing_REDD_Benefits_Case_Studies.pdf)
- (7) Relatório “Carbon Sinks of Ibi-Batéké Project on the Indigenous Pygmies of the Democratic Republic of the Congo”, de Sinafasi Makelo Adrien. 2006. A partir da página 45. <http://no-redd.com/wp-content/uploads/2015/09/Ibi-Bateke-REDD-type-servitude-Case-Studies1-2.pdf>
- (8) Antes de um projeto de MDL poder vender créditos de carbono, duas empresas de auditoria diferentes (pagas pelo projeto) precisam visitar a área. A primeira auditoria é chamada de validação. Apenas





projetos validados podem ser registrados como projetos do MDL. A validação confirma que os documentos do projeto estão em conformidade com as regras do MDL e que as estimativas feitas sobre a redução de emissões são confiáveis para a empresa de auditoria (o livreto [10 alertas sobre REDD](#) para comunidades explica por que essas estimativas não são verificáveis e transformam as compensações em uma falsa solução para a crise climática). A segunda auditoria é chamada de verificação. Os auditores de verificação comparam as reduções estimadas no relatório de validação com as reduções reais que o projeto fez e decidem quantos créditos de carbono ele pode realmente vender. O projeto Ibi Batéké foi validado, mas ainda não passou por uma auditoria de verificação. Portanto, ainda não tem créditos de carbono para vender ou entregar ao Fundo BioCarbon e outros que pagaram antecipadamente por esses créditos em 2011.

- (9) Relatório de situação de Implementação e Resultados, maio de 2015. <http://documents.worldbank.org/curated/en/355501468233080724/pdf/ISR-Disclosable-P096414-05-26-2015-1432640393642.pdf>
- (10) Lista de projetos dos quais o BioCarbon Fund comprou créditos de carbono: <https://wbcarbonfinance.org/Router.cfm?Page=BioCF&FID=9708&ItemID=9708&ft=ProjectsT2>
- (11) Veja o artigo “Roots of Inequity”, de Susam Chomba *et al.*, para um exemplo de como o projeto de REDD+ do Corredor de Kasigau, no Quênia, reforça a injustiça histórica da distribuição de terras.

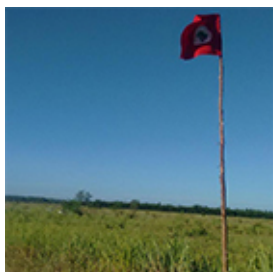
## ALERTAS DE AÇÃO



### **Bélgica: O Movimento de Libertação do Campo age contra as árvores geneticamente modificadas.**

No final da cúpula sobre o clima, em Marrakesh, em Dezembro de 2016, 20 ativistas do *Movimento de Libertação do Campo*, na Bélgica, plantaram uma “**licença para cortar**” em um campo de álamos transgênicos pertencente ao Instituto Flamengo de Biotecnologia. A licença foi dada simbolicamente à ministra flamenga responsável pela política climática. A Ministra ficou conhecida por sua infeliz declaração sobre o manejo florestal: “As árvores sempre tiveram a função de ser cortadas”. Com isso em mente, os ativistas a incentivaram a cortar o campo de árvores transgênicas.

Veja em <https://stopgetrees.org/field-liberation-movement-takes-action-ge-trees-belgium/> (disponível apenas em inglês)



### **Brasil: Terra para produzir alimentos e não celulose para exportação.**

No Estado do Espírito Santo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) está ocupando cerca de 400 hectares de terras apropriadas pela empresa de papel e celulose Fibria (ex-Aracruz Celulose). Cento e noventa famílias já estabeleceram um campo e estão preparando a terra para cultivar alimentos livres de pesticidas.

Para mais informações, veja <http://www.mst.org.br/2017/01/13/mst-ocupa-area-apropriada-indevidamente-pela-fibria-em-aracruz-es.html> (disponível apenas em português)



### Chile: Nova onda de incêndios florestais.

Organizações exigem o fim política de fomento florestal e dos instrumentos criados para favorecê-la. O modelo florestal de monocultura de pinus e eucaliptos em grande escala provocou, além de outros impactos, a crise dos incêndios que acontece na zona centro-sul do país. Para mais informações, veja <http://olca.cl/articulo/nota.php?id=106668>



### Carta para assinar

A ONU declarou o 21 de março como “Dia Internacional das Florestas”. Aproveitamos a ocasião para lembrar à FAO que ela deve mudar urgentemente sua definição, para que a indústria de plantações não possa mais usá-la para chamar equivocadamente de florestas as plantações de monoculturas de árvores. Esperamos que, um dia, até a FAO aceite que plantações não são florestas e mude sua definição enganosa! Por favor, assine

se ainda não o fez, e divulgue os links para a carta!

Espanhol: <http://wrm.org.uy/es/todas-las-campanas/apoye-la-carta-reclamando-a-la-fao-que-revise-su-definicion-de-bosque/>

Francês: <http://wrm.org.uy/fr/toutes-les-campagnes/souscrivez-la-lettre-qui-exhorte-la-fao-a-revoir-sa-definicion-de-foret/>

Português: <http://wrm.org.uy/pt/todas-as-campanhas/apoie-a-carta-chamando-a-fao-a-rever-a-sua-definicao-de-floresta/>

Inglês: <http://wrm.org.uy/all-campaigns/support-the-letter-urging-fao-to-revise-its-forest-definition/>

## RECOMENDADOS



### Declaração internacional: Nossa terra vale mais do que o carbono.

O Acordo de Paris consagrou o princípio da compensação no tratamento da crise climática. Isso significa que as emissões não têm que diminuir realmente, já que elas e a absorção de carbono na vegetação e no solo podem se cancelar mutuamente. Essa abordagem já começou com as florestas, por meio do altamente polêmico mecanismo de REDD+ e, cada vez mais, está visando terras agrícolas. Como o Acordo de Paris se concentra na compensação, e não na redução, a agricultura está se tornando uma unidade de contabilidade que permite que as emissões de carbono fóssil continuem ou até aumentem.



Inglês: <https://viacampesina.org/en/index.php/actions-and-events-mainmenu-26/-climate-change-and-agrofuels-mainmenu-75/2184-our-land-is-worth-more-than-carbon-civil-society-statement-cop-22>

Francês: <https://viacampesina.org/fr/index.php/actions-et-nements-mainmenu-26/changements-climatiques-et-agrocarburants-mainmenu-71/1408-cop-22-nos-terres-valent-plus-que-leur-carbone>

Espanhol: <https://viacampesina.org/es/index.php/acciones-y-eventos-mainmenu-26/cambios-climcos-y-agro-combustibles-mainmenu-79/2835-nuestras-tierras-valen-mas-que-el-carbono>



### **Declaração Internacional.**

Declaração de Marrakesh contra a cúpula de falsas soluções e por um futuro justo e sustentável para todos os povos. Por alternativas reais para preservar os equilíbrios ambientais e reconhecer a justiça climática, por um futuro justo e sustentável para todos os povos.

Inglês: <https://viacampesina.org/en/index.php/actions-and-events-mainmenu-26/-climate-change-and-agrofuels-mainmenu-75/2213-marrakech-declaration-against-the-summit-of-false-solutions>

Francês: <https://viacampesina.org/fr/index.php/actions-et-nements-mainmenu-26/changements-climatiques-et-agrocarburants-mainmenu-71/1432-cop-22-contre-le-sommet-des-fausses-solutions-pour-un-futur-durable-et-equitable-pour-les-peuples>

Espanhol:

[http://www.biodiversidadla.org/Principal/Secciones/Documentos/COP22\\_Contra\\_la\\_cumbre\\_de\\_las\\_falsas\\_soluciones\\_por\\_un\\_futuro\\_justo\\_y\\_sostenible\\_para\\_todos\\_los\\_pueblos](http://www.biodiversidadla.org/Principal/Secciones/Documentos/COP22_Contra_la_cumbre_de_las_falsas_soluciones_por_un_futuro_justo_y_sostenible_para_todos_los_pueblos)



### **Declaração Internacional: A bioenergia em grande escala deve ser excluída da definição de Energia Renovável.**

Declaração de fevereiro de 2016. A UE está provocando uma expansão global no uso de bioenergia industrial, além de desenvolvimento e expansão rápidos de um comércio global de biocombustíveis e bioenergia à base de madeira. A UE já tem grande responsabilidade pelas crises climáticas e de biodiversidade que o planeta enfrenta atualmente. Reivindicar

mais terras para a produção de bioenergia, sob a falsa premissa de que isso contribui para a proteção do clima, só pode aumentar a pegada de terra já inaceitavelmente alta na UE. Veja, também, o relatório Fora Bioenergia: Por que a bioenergia não deve ser incluída na próxima Diretiva da UE sobre Energias Renováveis.

Declaração: <http://www.biofuelwatch.org.uk/wp-content/uploads/BioenergyOut-Declaration-3.pdf>

(também disponível em espanhol) <https://www.salvalaselva.org/noticias/7063/la-bioenergia-a-gran-escala-debe-excluirse-de-la-definicion-de-energia-renovable> )

Relatório: <http://www.biofuelwatch.org.uk/files/EU-Bioenergy-Briefing2.pdf>  
(disponível apenas em inglês)



### **Relatório: Resfriando o Planeta: Comunidades de linha de frente lideram a Luta.**

Vozes da Convergência Global das Luta pela Terra e pela Água. Os pequenos produtores e consumidores de alimentos – as comunidades de linha de frente – cada vez mais enfrentam concentração de terras e violações sistemáticas dos direitos humanos. As comunidades da linha de frente, além disso, enfrentam os extremos meteorológicos e os impactos cada vez mais frequentes causados pela mudança climática e a incapacidade dos governos de aceitar soluções reais. O relatório observa que o acesso dos povos a terra e água, bem como seu controle, são essenciais para a paz e para conter as mudanças climáticas, e também para o respeito aos direitos humanos fundamentais e a garantia de uma vida digna para todos.

Inglês: [https://viacampesina.org/downloads/pdf/en/Cooling\\_the\\_Planet-EN.pdf](https://viacampesina.org/downloads/pdf/en/Cooling_the_Planet-EN.pdf)

Espanhol: [https://viacampesina.org/downloads/pdf/sp/Cooling\\_the\\_Planet-ES.pdf](https://viacampesina.org/downloads/pdf/sp/Cooling_the_Planet-ES.pdf)

Francês: [https://viacampesina.org/downloads/pdf/fr/Cooling\\_the\\_Planet-FR.pdf](https://viacampesina.org/downloads/pdf/fr/Cooling_the_Planet-FR.pdf)

### **Publicações do WRM:**



### **Plantações industriais de árvores invadindo o Leste e o Sul da África.**

O que está impulsionando a expansão das plantações industriais de árvores em 11 países do leste e do sul da África – Malawi, Moçambique, Zâmbia e Zimbábue, Quênia, Tanzânia e Uganda, África do Sul, Suazilândia e Lesoto, além de Madagascar? A publicação identifica prováveis fatores e discute as consequências para as comunidades locais que enfrentam empresas em busca de terras férteis para estabelecer suas plantações de árvores. O relatório também dá exemplos de comunidades que já viveram a invasão de suas terras e de suas vidas por plantações industriais.

Inglês: <http://wrm.org.uy/wp-content/uploads/2016/10/2016-10-Plantations-in-ES-Africa-TW-WRM-med-screen.pdf> (em breve, também disponível em português e suaíli)



### **Os impactos das plantações industriais de árvores sobre a água.**

Quando as comunidades denunciam a escassez de água que experimentam como resultado das monoculturas de árvores, as evidências empíricas que elas apresentam costumam ser desacreditadas e ridicularizadas em público pelos defensores das plantações de monoculturas, que afirmam que não há evidências científicas para sustentar as reivindicações das comunidades. O Documento combina evidências empíricas baseadas na experiência das comunidades com evidências derivadas da ciência ocidental, que reforçam o que as comunidades já sabem e têm dito há muito tempo sobre os impactos das grandes monoculturas de árvores sobre os recursos hídricos.

Disponível apenas em espanhol: <http://wrm.org.uy/wp-content/uploads/2016/10/Impactos-en-el-agua-de-las-plantaciones-industriales-de-%C3%A1rboles-1.pdf>



**O boletim busca apoiar e contribuir com as lutas dos povos para defender seus territórios e florestas. A assinatura é totalmente gratuita.**

**Assine o Boletim do WRM**

<http://wrm.us9.list-manage.com/subscribe?u=f91b651f7fecdf835b57dc11d&id=a6356dc0e0>

**Boletim mensal do Movimento Mundial pelas Florestas (WRM)**

Este boletim também está disponível em Inglês, Espanhol e Francês

Editor em chefe: Winfridus Overbeek

Redatora responsável e coordenadora: Joanna Cabello

Apoio editorial: Elizabeth Díaz, Jutta Kill, Flavio Pazos, Teresa Perez

**Secretaria Internacional do WRM**

Avenida General María Paz 1615 oficina 3. CP 11400, Montevideo, Uruguai

Tel/fax: +598 26056943

wrm@wrm.org.uy - <http://www.wrm.org.uy>